



**Repensando o olhar a respeito da Morte: As implicações da
redução de um fenômeno multifacetado ao trágico**

Michel Dias Domenech Collares

BAGÉ

2013

MICHEL DIAS DOMENECH COLLARES

**REPENSANDO O OLHAR A RESPEITO DA MORTE: AS IMPLICAÇÕES DA
REDUÇÃO DE UM FENÔMENO MULTIFACETADO AO TRÁGICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do
título de Licenciado em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Miriam Denise Kelm

BAGÉ

2013

MICHEL DIAS DOMENECH COLLARES

**REPENSANDO O OLHAR A RESPEITO DA MORTE: AS IMPLICAÇÕES DA
REDUÇÃO DE UM FENÔMENO MULTIFACETADO AO TRÁGICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do
título de Licenciado em Letras.

Dissertação defendida e aprovada em: 10 de maio de 2013.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Miriam Denise Kelm – orientadora (UNIPAMPA)

Profa. Dra. Lúcia Britto Corrêa (UNIPAMPA)

Profa. Dra. Zila Pereira Rego (UNIPAMPA)

O pensamento da morte, o saber constitutivo que se tem de que se vai morrer, não deve impedir de viver tão plenamente quanto possível, e sim, ao contrário, ajudar a tornar a vida mais plena possível. Ainda é necessário para tanto que o pensamento da morte não seja reprimido, e sim assumido. Talvez nada seja pior do que ser dissimuladamente assombrado pela morte sem ousar pensar claramente nela. A angústia (isto é, aquilo que, vivos, sentimos em relação à não vida como destino inevitável), então, age sem que se controlem seus efeitos. Assumida, ela pode ser um princípio de energia e de ação pelo sentimento de urgência que cria.

Marcel Conche

Não se fala da morte por causa da morte, mas por causa da vida. Lidar bem com a certeza que todos temos de morrer um dia, mais cedo ou mais tarde, é fundamental para viver melhor. E para compreender a natureza fugaz e preciosa da vida.

Eliane Brum

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	8
2 – O AVIZINHAMENTO DA MORTE AO PENSAMENTO	11
3 – A CHEGADA DO VISITANTE: O MOMENTO DESPROVIDO DE ESCOLHAS	31
4 – O ACOLHIMENTO DA MORTE	40
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61

RESUMO

O presente trabalho parte da inquietação oriunda do modo pelo qual a morte é atualmente percebida na cultura ocidental. O término da vida é visto como hediondo, o trágico se sobressai entre a miríade de interpretações possíveis a respeito do tema, eclipsando as demais. De fato, diferentemente de outras épocas, temos banido a finitude humana da fala, do olhar e até mesmo do pensamento. Vive-se em meio a uma cultura que se empenha por tornar a morte estrangeira, embora os falecimentos não cessem de acontecer. Assim sendo, objetivamos analisar quais são as implicações provenientes do encobrimento e da negação de nossa mortalidade. Para alcançar tal fim, após observarmos como a morte foi recebida em diferentes períodos da história do Ocidente, contrastamos a percepção vigente a respeito do tema com distintos olhares e situações provenientes da literatura, responsáveis por evocar a pluralidade de sentidos à qual a morte se mostra receptiva. Utilizamos-nos de algumas obras literárias, dando maior ênfase a três delas, *As intermitências da morte* (2005), de José Saramago, *Narciso e Goldmund* (1930), de Hermann Hesse, e *Cartas do inferno* (1998), de Ramón Sampedro. Na maioria das narrativas observadas, há significativas divergências interpretativas a respeito da transitoriedade em comparação ao senso comum. Em suma, a inexistência da morte poderia reduzir a vida humana a um nefasto hábito desprovido de alma ou permitir que esta fosse cumulada dos mais terríveis padecimentos, sem a menor possibilidade de alívio. Em contrapartida, a aceitação da própria finitude pode conferir valor e premência à vida humana, afigurando-se um incentivo para que o indivíduo reinvente-se, sendo um propulsor para a experimentação e para o autoconhecimento. Por fim, observamos como o predomínio das impressões negativas no atinente à morte oprime o indivíduo que almeja abandonar a própria vida, agrilhoando-o a uma existência desprovida de sentido.

ABSTRACT

This work has its origins in the manner death is perceived in the Western culture. The end of life is noticed as hideous, the tragic aspects are emphasized among the myriad of possible interpretations regarding the subject, eclipsing other possibilities. In fact, unlike other times, we have banned human finitude from speech, from view and even from thought. We live in the midst of a culture that aims to turn death into a foreigner, in spite of the deceases do not cease. Therefore we intend to analyze what are the consequences from the concealment and denial of our own mortality. To achieve this end, after observing how death was received in different periods of Western history, we contrasted the current perception concerning the subject with distinct looks and situations from literature, responsible for evoking the plurality of meanings to which death appears to be receptive. We utilized some literary works, emphasizing three of them, *As intermitências da morte* (2005), by José Saramago, *Narciso e Goldmund* (1930), by Hermann Hesse, and *Cartas do inferno* (1998), by Ramón Sampedro. In the most narratives observed, there are significant interpretative divergences about transience compared to the common sense. In short, the inexistence of death could reduce life to a nefarious habit devoid of soul or allow it to be filled with the most terrible sufferings, without any chance of relief. On the other hand, the acceptance of our own finitude may confer value and urgency to human life, being a stimulus for the individual reinvention and a propellant for experimentation and self-knowledge. Lastly, we observed how the prevalence of negative impressions in regard to death oppresses the person who wants to abandon the own life, being stuck in a meaningless existence.

1. INTRODUÇÃO

A morte é um elo entre todos os seres vivos, um acontecimento vastamente partilhado e do qual espécie alguma se mostrou capaz de escapar. Contudo, não obstante seu imensurável alcance, apenas o gênero humano denota com a mesma se preocupar. Deste modo, a morte habita o pensamento muito antes de apoderar-se do corpo. Como afirma Arthur Schopenhauer: “os males oprimem o animal apenas com seu peso real e próprio, ao passo que, para os homens, o medo e a previsão com frequência multiplicam em muitas vezes esse peso” (SCHOPENHAUER, 2001, p. 118). Em outras palavras, o ser humano, em sua impaciência, dá forma à morte muito antes de sua chegada.

Tal modo de proceder permitiu inúmeras interpretações a respeito da morte ao longo da história humana. Todavia, estas, em grande parte, deixaram-se marcar pela tonalidade trágica: a aceitação da própria mortalidade ocorreu com pouca frequência ao longo dos tempos, sendo ainda mais rara sua valorização. Entretanto, malgrado o predomínio do receio ante o término da vida e o olhar desconfiado e animoso com o qual a morte habituou-se a ser encarada, o fato da mesma mostrar-se uma incontestável realidade para todos redundou na descoberta – ou no engendro – de preciosas maneiras de interpretar e de se relacionar com o mundo que nos cinge.

A despeito da predominância da compreensão negativa a respeito do fim da vida, houve significativas nuances responsáveis por distinguir a percepção entre épocas diversas. Em suma, o número de temores concernentes à morte oscilou consideravelmente entre determinados períodos. No entanto, em nosso século marcado pelo recente ruir de inúmeros tabus, a morte mostra-se deveras horripilante e mascarada. Como afirma Norbert Elias, ela foi afastada para os bastidores da vida social. Consequentemente, habituamo-nos a disseminar sentidos nefastos no tocante a esta a quem ainda se encontra em tenra idade, incapaz de julgar por si próprio: um exemplo seriam as omissões e eufemismos presentes no vacilante discurso a respeito da morte quando o interlocutor é uma criança¹, comportamento que costumava se manifestar há alguns anos quando os questionamentos enveredavam pelas trilhas da sexualidade:

¹ A própria literatura destinada aos públicos mais jovens tende a ocultar a morte de suas páginas. Como afirma Sissa Jacoby: “O tema da morte encontra-se praticamente ausente da literatura infantil, aparecendo com um pouco mais de frequência nos textos destinados aos adolescentes, ainda que, na maioria dos casos, obedecendo ao clichê da *justiça final* com a morte do vilão ou de uma personagem ‘merecedora do castigo’.” (JACOBY, 2006, p. 43.)

Firmemente arraigada está em nossa sociedade a tendência a ocultar a finitude irrevogável da existência humana, especialmente das crianças, pelo uso de ideias coletivas acalentadoras, e a assegurar o encobrimento por uma rígida censura social estrita. (ELIAS, 2001, p. 48-49)

Com base na imagem preponderante da morte em nossa época, objetivamos, neste trabalho, dar-lhe outro enfoque, não almejando perpetrar uma inversão de sentidos – divinizando o término da vida -, mas sim contribuir para a diversidade interpretativa. Em suma, sustentaremos que a morte não possui um semblante imutável, mas sim que o mesmo pode oscilar de acordo com o contexto, em virtude do observador: maior responsável por lhe atribuir sentido.

Visando alcançar tal fim, foi empreendida uma pesquisa investigativa e bibliográfica, cujos resultados serão expressos aqui de forma ensaística. Utilizamos do aporte teórico de obras filosóficas, históricas e sociológicas e buscamos em textos literários novas possibilidades de observação, confirmação e exploração de possibilidades de sentido. O presente escrito encontra-se dividido em três capítulos que entre si dialogam a respeito do tema em questão, partindo do mais distante rumo ao mais próximo, seja em relação a períodos da história ocidental, seja em relação à aproximação da própria morte. O primeiro deles foca-se na ideia da morte, no término da vida enquanto imagem longínqua e indistinta, pois, como afirma Elias: “Na verdade não é a morte, mas o conhecimento da morte que cria problemas para os seres humanos” (ELIAS, 2001, p.11). Destarte, contrastamos opiniões individuais e coletivas a respeito da morte em épocas distintas - até chegar à nossa -, observando como esta se relaciona com a maneira pela qual a vida é conduzida e como o oposto também se manifesta. O trajeto em questão culmina na análise da obra *Narciso e Goldmund* (1930), de Hermann Hesse, na qual a percepção da própria morte, o fato de se refletir sobre a mesma, se mostra crucial no modo de reger a própria existência. No capítulo subsequente, atentamos ao momento do trespassse, quando o mesmo não se restringe à imaginação e finalmente conduz o indivíduo ao abandono desta vida. Nesta segunda etapa, observaremos o desaparecimento da morte na alegoria romanesca de José Saramago *As intermitências da morte* (2005), questionando o senso comum sobre o quão benéfico seria um mundo destituído de falecimentos. Por fim, no derradeiro capítulo, nosso enfoque recairá sobre a liberdade individual, assim como sobre as percepções acerca desta, quando o indivíduo opta por findar a própria existência. Observaremos a imagem da morte desejada, a qual se mostra luminosa, uma forma de afago para uma existência imersa no despropósito.

Utilizamos-nos, sobretudo, de obras literárias para repensar a representação da morte no Ocidente, porque:

Uma das principais funções da literatura, entre tantas outras, segundo Umberto Eco, é educar para o fado e para a morte, pois, contrariando nosso desejo de mudar o destino, as narrativas imodificáveis nos fazem experimentar a impossibilidade de mudá-lo, ou seja, nos ensinam também a morrer. (JACOBY, 2006, p. 43)

Em virtude de tão grandiosa possibilidade – de obras literárias nos fornecerem preciosas lições a respeito do morrer -, optamos, mormente, por livros cuja leitura familiarize o leitor com a morte, faça-o refletir a respeito da mesma, da forma como é socialmente percebida, embora o outro lado também se faça presente: escritos que reforcem o atual e negativo entendimento relacionado ao término da vida ao invés de questioná-lo².

² Sobre a função social da literatura, Eduardo Galeano afirma que: “Es imposible imaginar una literatura que no cumpla una función social. A veces la cumple, y es jodido, en un sentido adormecedor, a veces es una literatura del fatalismo, de la resignación, que te invita a aceptar la realidad en lugar de cambiarla, pero a veces es una literatura reveladora, reveladora de las mil y una caras escondidas de una realidad que es siempre más deslumbrante de lo que uno suponía.” (GALEANO, s.a).

2. O AVIZINHAMENTO DA MORTE AO PENSAMENTO

Pensamentos no tocante à morte permeiam a maioria das vidas humanas; por vezes assemelham-se a vendavais, sendo capazes de balançar toda a estrutura de uma existência, em outros casos, poderíamos compará-los a breves e impertinentes brisas, as quais, perante os corpos mais sensíveis, são subitamente repudiadas pelo violento cerrar das janelas do pensamento. Por mais resguardado que se esteja, dificilmente se estará imune ao sopro de tais ideias, porquanto constantemente os ventos intensificam o seu movimento, seja em virtude do falecimento de alguém próximo, seja pela sensibilidade despertada ante o murchar de uma flor.

Poderíamos considerar um apanágio de nossa época o fato da construção mental empenhar-se com tanto zelo à laboriosa tarefa de erigir barreiras à intempérie? Constatamos que de forma análoga à construção civil, a qual tem se modificado gradativamente a ponto de deixar as vivendas cada vez menos sensíveis ao que ocorre do lado de fora, nossas construções mentais anelam afugentar os ditos pensamentos negativos para longe; que estes até rondem nossas moradas, equiparando-se a malfeitores e animais selvagens, contanto que sejam incapazes de invadi-las. Seriam ambos os exemplos aqui apresentados indícios de desenvolvimento? Vamos nos abster de tecer qualquer comentário a respeito do primeiro caso; o segundo, todavia, se mostra digno de nossa atenção no presente contexto. A fim de observarmos dois pontos com os mesmos exemplos, atentemos às palavras do filósofo Montaigne a respeito da validade de se buscar refúgio onde as ideias da morte não podem adentrar, ademais, visando responder ao questionamento aqui proposto, atentemos a alguns de seus testemunhos acerca de como a morte era percebida em sua época, no século XVI: “O remédio do vulgo é não pensar nela. Mas de que estupidez brutal pode vir cegueira tão grosseira? É pôr a brida na cauda do burro” (MONTAIGNE, 2010, p. 63); ainda, a limitação não se reduzia ao pensamento: “Amedrontamos nossa gente só em mencionar a morte, e a maioria se persigna, como diante do nome do diabo” (MONTAIGNE, 2010, p. 64), e, por fim, admoesta:

Se a morte fosse um inimigo que se pode evitar, eu aconselharia empregar as armas da covardia: mas já que não se pode, já que ela vos agarra [...] aprendamos a arrostá-la de pés firmes e a combatê-la. E para começar a tirar-lhe sua grande vantagem sobre nós, tomemos um caminho totalmente oposto ao comum. Tiremos-lhe a estranheza, frequentemo-la, acostumemo-nos com ela. (MONTAIGNE, 2010, p. 67-68)

De forma insólita para a maioria das pessoas de sua época, o pensador francês aconselha que o indivíduo não desvie seu olhar da morte, pois, se somos incapazes de erguer fortalezas nas quais a mesma não possa alcançar nossos corpos, qual seria o sentido de construir defesas mentais para que nenhuma representação mortuária se acerque? Em outras palavras, pensa-se na morte porque cedo ou tarde esta se tornará uma realidade para o indivíduo. Contudo, é aparente a crença de que afugentá-la do pensamento e do olhar também o seria da realidade, impedindo-a de acontecer.

A partir das palavras do filósofo supracitado, pôde-se perceber como era perturbador para o indivíduo comum tanto refletir quanto tecer comentários no tocante à morte durante o século XVI. Antes de dirigirmos nossos olhares para o presente, busquemos divisar como o término da vida era percebido nos tempos de antanho por determinados pensadores e escritores, buscando captar semelhanças e dissonâncias com a percepção corrente e indícios acerca da relevância de se refletir a respeito da finitude humana.

Na Grécia clássica, pudemos nos deparar com uma distinta maneira de se perceber a morte, a qual se deu de maneira intrépida e dotada de incomum racionalidade através da figura de Sócrates que, após ser condenado a beber a cicuta em virtude das acusações sofridas por corromper a juventude e crer em falsos deuses, teve a possibilidade de comutar sua pena pelo exílio. Contudo, o filósofo declinou a oferta, porquanto esta lhe pareceu mais prejudicial do que o castigo anterior. Eis parte da argumentação que originou tal recusa:

Mas a morte, ninguém sabe se acaso não é o maior de todos os bens para o homem – porém a temem como se soubessem ser o maior dos males! E o que é isso, senão aquela ignorância mais reprovável: a de pensar saber o que não se sabe? (PLATÃO, 2008, p. 88)

Em suma, afirma Sócrates que não seria nada sensato trocar o incerto por algo indubitavelmente danoso. Caso assentisse ao acordo proposto, o filósofo se veria privado de seu precioso hábito de levar seus concidadãos à reflexão através do diálogo, assim como seria banido de sua adorável Atenas. Em seu discurso, o pensador em questão nos fornece indícios acerca de como o silenciar da vida era compreendido por seus contemporâneos, os quais o encaravam como o maior dos males, afirmação que Sócrates belamente converte em desatino, argumentando que a morte encontra-se aberta a diversas possibilidades, podendo ser deletéria, positiva ou até mesmo inócua. Tal constatação seria inviável caso a morte não fosse tema de suas meditações.

A antiguidade clássica nos fornece outros exemplos de destemor ante a chegada do inevitável. O filósofo latino Cícero afirma a respeito da morte: “Cumpre desprezá-la completamente se pensamos que ela ocasiona o desaparecimento da alma, ou desejá-la, se ela confere a essa alma sua imortalidade” (CÍCERO, 2006, p. 52). Novamente nos vemos perante mais de um possível desenlace após o adormecimento existencial. De forma análoga à primeira possibilidade externada pelo pensador latino, deparamo-nos com as concepções de Epicuro no atinente ao fim da vida. Em uma missiva a Meneceu, eis sua recomendação: “acostuma-te à ideia de que a morte, para nós, é um nada. Todo bem e todo mal residem na faculdade de sentir; a morte, porém, é a privação desse sentimento. Assim, o conhecimento de que a morte nada é torna deliciosa nossa vida efêmera” (EPICURO, 2005, p. 38). Em outro trecho da epístola é dito:

Assim a morte, o mais temível de todos os males, é para nós um nada: enquanto nós existimos, não existirá ela, e quando ela chegar, nada mais seremos. Desse modo, a morte não toca nem os vivos nem os mortos, porque onde estão os primeiros não se encontra ela, e os últimos já não existem mais. (EPICURO, 2005, p. 38)

A despeito da racionalidade argumentativa, Epicuro refere-se apenas à morte como fenômeno orgânico. Entretanto, esta se apresenta de forma mais ampla quando habita o campo das ideias e passa a dialogar com a imaginação. Contudo, o filósofo aparenta atribuir menor relevância às ideias da morte do que ao fenômeno em si, à morte física. Vejamos outro fragmento de sua carta, o qual servirá para aclarar a afirmação anterior:

Mas se alguém argumentar que não teme a morte por causa da pena que ela trará quando vier, mas sim porque o simples fato da sua vinda já lhe é doloroso, é um tolo; pois é doíçice que algo não nos cause receio quando acontecer, possa trazer-nos pena, durante a espera, pelo fato de ser esperado. (EPICURO, 2005, p. 38)

Entretanto, uma considerável parcela da argumentação supramencionada encontra dado empecilho: um dos maiores assombros humanos é a inexistência de qualquer continuidade quando a vida terrena atinge seu fim. Eis justamente o que Epicuro ignora em sua correspondência. Arthur Schopenhauer, por sua vez, procura demonstrar o quão infundado tal receio deveria ser:

Se o que faz a morte nos parecer tão assustadora fosse a ideia do não-ser, então deveríamos experimentar o mesmo temor diante do tempo em que ainda não éramos. Pois é incontestável que o não-ser do depois da morte não pode ser diferente daquele anterior ao nascimento; ele não merece, portanto, ser mais lamentado. (SCHOPENHAUER, 2001, p. 27)

Todavia, malgrado a apurada racionalidade do filósofo na comparação entre o nada que precede a vida e o seu congênere que a sucede, o pensador em questão desprezou o fato de

que algo muito pouco significa por si só, porquanto carece de interpretações humanas. O não-ser antes da vida não se afigura uma privação; é um estágio inicial, ao passo que a inexistência pós-vida mostra-se um afastamento do mundo, o qual no limiar da inexistência era desconhecido. Afirmou-se há muito que a vida é uma centelha de luz entre duas sombras; todavia, há uma imensa distinção entre uma escuridão inicial e absoluta e outra precedida pela luminosidade da vida humana. Pensemos em O mito da caverna de Platão, quando a realidade era desconhecida, a permanência na caverna não acarretava grandes angústias, porém quando as sombras foram abandonadas, o indivíduo liberto apenas almejou retornar às mesmas com o escopo de resgatar seus companheiros de tamanha escuridão. Ser-lhe-ia inviável despendar sua vida nas profundezas de uma caverna após tamanha descoberta. Quando a vida é desvelada, há uma mudança drástica de perspectiva em relação ao nada inicial e o não-ser final. Talvez sejam justamente estas diferentes percepções as responsáveis pela seguinte constatação de Schopenhauer:

Quantas belas declamações não temos sobre quanto seria chocante a ideia de que o espírito do homem, esse espírito capaz de abarcar o mundo, pleno de tão elevados e excelentes pensamentos, também descesse para o túmulo! Mas sobre o fato de como esse espírito deixou passar toda uma infinidade de tempo antes de ter nascido com estes seus atributos, e que o mundo, durante todo esse tempo, tenha se arranjado sem ele, não se ouve uma palavra. (SCHOPENHAUER, 2001, p. 27)

O não-ser inicial seria a única realidade conhecida pelo indivíduo, ao passo que o apego à vida, essa centelha de luz, poderia ser responsabilizado por numerosos lamentos concernentes à derradeira inexistência.

Deparamo-nos com um dos principais responsáveis pela imagem macabra da morte: um saudosismo antecipado da vida que se extinguirá, o qual encharca os pincéis e incita a violência com que a tela é gerada. No entanto, as vidas às quais nos apegamos apaixonadamente dificilmente apresentariam suas facetas características caso a morte não interferisse em sua constituição. Apesar de ser equivocado antagonizar vida e morte – como se tem feito vigorosamente em nossa época -, é inegável a influência que uma exerce sobre a percepção da outra. Como afirma Adorno: “Quando as pessoas vivem menos intensamente, mais brutal e atemorizante é a morte” (ADORNO apud SVENDSEN, 2006, p. 54). Eis um exemplo de influência exercida pelo tipo de vida que se leva relacionado à percepção da morte; entretanto, o contrário é igualmente frequente. A história nos relata inúmeros casos em que as ideias da morte influenciaram de maneira decisiva o modo pelo qual a vida foi conduzida. Na mitologia presente na Grécia clássica, conta-nos Luciano de Samósata, autor que se tornou conhecido mediante seus diálogos satíricos, que os mortos eram conduzidos ao

Hades por Caronte, o barqueiro do inferno, em cujo barco nenhum peso demasiado elevado era permitido, receando comprometer a embarcação. Portanto, toda a riqueza era deixada para trás, assim como a vaidade, a beleza, o caráter adulator, etc. Deste modo, na obra *Diálogo dos mortos*, do autor supracitado, alguns filósofos clássicos troçavam dos falecidos que despenderam suas vidas inteiras visando o acúmulo de riquezas, a preservação da própria beleza, etc., pois nada destas restava no mundo dos mortos. Não havia sentido em amealhar uma fortuna em vida, pois apenas um óbulo era necessário para pagar a travessia ao barqueiro.

Já no período medieval, havia as hediondas punições do inferno, as quais eram destinadas aos pecadores, ao passo que o paraíso afigurava-se uma compensação por todas as privações mundanas. A título de exemplo, vejamos como as primeiras estrofes de um quadro que costumava se fazer presente em um mosteiro de Avington referem-se a uma vida terrena regida pela vaidade - a pintura representa um cadáver feminino em pé, com um penteado gracioso, envolto em uma mortalha, com vermes a devorar seu corpo:

Já fui a mais bela das mulheres, / Mas graças à morte fiquei assim. / Minha carne era muito bela, fresca e macia, / Agora está toda transformada em cinzas. / Meu corpo era muito encantador e muito formoso, / Muitas vezes costumava vestir-me em sedas. / Agora, como é o certo, eu ficar totalmente nua. / Trajava peles de cor cinza e forro branco, / Morava como queria, num grande palácio, / Agora moro neste pequeno sarcófago. / Meu quarto era decorado com belos tapetes, / Agora minha cova é rodeada por aranhas. (HUIZINGA, 2010, p. 227)

Como menciona Johan Huizinga: “Sem dúvida nenhuma, há nisso tudo um espírito de tremendo materialismo que não podia suportar a ideia do fim da beleza sem duvidar da própria.” (HUIZINGA, 2010, p. 227). O horror empregado ao retratar a morte foi expresso de modo amplo durante os derradeiros anos do medievo. Ainda em seu *O outono da Idade Média*, Huizinga relata o temor que se buscava incutir no espírito dos vivos e, conseqüentemente, a moralidade que o deveria acompanhar:

Até muito tarde no século XVI as lápides serão ornadas com imagens repugnantes de cadáveres nus e apodrecendo, com as mãos e pés crispados e as bocas abertas, com os vermes se retorcendo nas entranhas. O pensamento se demora frente a esse espetáculo horroroso. Não é estranho que eles não ousam dar um passo adiante para ver como também esse apodrecimento outra vez se desfaz, transformando-se em terra e flores? (HUIZINGA, 2010, p. 226)

O espanto do historiador em questão é enternecedor, todavia os horrores terrenos serviam para intensificar as maravilhas celestiais. Eram dotados de um olhar ao mesmo tempo saudoso diante do que ficaria para trás e esperançoso em relação aos desfrutes do porvir paradisíaco, caso se fosse agraciado com o mesmo, consequência direta de uma existência conduzida a

contento dos ditames cristãos. A visão do término da vida terrena se apresentava de maneira dura e praticamente uniforme, a qual meramente ressaltava os aspectos negativos da morte, os quais, em virtude de demonstrações tão horrendas acabaram por suprimir do pensamento a possibilidade da morte se mostrar plural, dotada de facetas mutáveis e de horror inconstante. Tais impressões sombrias foram registradas de maneira indelével em obras de arte dos séculos XIV e XV e em incontáveis espíritos medievais. Eis alguns detalhes de tal empreendimento:

Na cópia por uma imagem concreta da morte, que implicava abandonar tudo o que não era tangível, somente os aspectos mais grosseiros da morte penetram na consciência. Na visão macabra da morte faltam praticamente toda a ternura, todo o elegíaco. E no fundo trata-se de uma visão muito terrena e egoísta da morte. Não se trata do luto pela falta de entes queridos, mas do pesar pela proximidade da própria morte, que não trazia nada além de desgraça e horror. Não se pensa na morte como um consolo, o final do sofrimento, o descanso desejado, a tarefa concluída ou interrompida, nenhuma lembrança terna, nenhuma resignação. (HUIZINGA, 2010, P. 241)

Segundo Norbert Elias, o medo da morte intensificou-se nitidamente nos dois derradeiros séculos do período medieval. Eis algumas das justificativas para o recrudescimento do temor: “As cidades cresceram. A peste se tornou mais renitente e varria a Europa em grandes ondas. As pessoas temiam a morte ao seu redor. Pregadores e frades mendicantes reforçavam tal medo. Em quadros e escritos surgiu o motivo das danças da morte.” (ELIAS, 2001, p. 21). Destarte, em razão de todas as imagens hediondas e das promessas de dilacerantes tormentos no pós-vida, o sociólogo em questão afirma que “Com tais imagens aterrorizantes diante dos olhos, uma morte pacífica não pode ter sido fácil” (ELIAS, 2001, p. 23).

A partir da arte medieval do fim do período, pudemos verificar algumas imagens atreladas à morte. Esta foi associada à sordidez, ao fracasso, ao aspecto descrito como horripilante que o corpo assume quando a vida cessa de animá-lo, a sombras e reclusão. Já na primeira metade do século XIX, a morte adotou novo semblante em decorrência do arrefecimento do temor ante o inferno – o qual não se extinguiu de pronto, mas tornou-se um local longínquo -, e das promessas de união com os seres amados após o remate da existência terrena. De acordo com Ariès:

As coisas se passam no século XIX como se todo mundo acreditasse na continuação, depois da morte, das amizades da vida. Nesse fundo comum de crença, o que varia é o grau de realismo das representações e, principalmente, a relação entre a vida futura e a fé religiosa. (ARIÈS, 1990, p. 513)

O inefável consolo proveniente pela crença no reencontro com os entes queridos no pós-vida conferia um caráter sereno ao cenho da morte: “Não sendo a morte o fim do ser querido, por

mais dura que seja a dor do sobrevivente, não é feia nem temível. É bela e belo o morto.” (ARIÈS, 1990, p. 514).

Contudo, a literatura do período romântico nem sempre se mostrou condizente com a placidez supramencionada na hora de retratar o término da vida. Em *O último dia de um condenado* (1829), de Victor Hugo, um homem é encarcerado e, após ficar algumas semanas aprisionado em um ambiente sombrio, vê-se incapaz de pensar em algo que não seja a pena de morte à qual imagina que será inevitavelmente condenado. Eis a situação do desafortunado narrada por ele próprio:

Agora sou cativo. Meu corpo está atado a grilhões em uma masmorra, meu espírito está preso a uma ideia. Uma horrível, sangrenta, implacável ideia! Restou-me apenas um pensamento, uma convicção, uma certeza: condenado à morte! (HUGO, 2002, p. 31-32)

Contrário ao obscuro estado de espírito que havia se apossado do personagem durante seu período de reclusão, um ardente otimismo despontou em seu íntimo quando o indivíduo em questão foi conduzido ao tribunal em que seria promulgado seu veredito. O contexto no qual o tribunal se encontrava foi o grande responsável por incutir tamanho otimismo naquela alma que há pouco encontrava-se tão atormentada e oprimida. Observemos o tribunal:

As janelas estavam abertas; o ar e o ruído chegavam livremente de fora; a sala estava clara como para um casamento, os alegres raios de sol traçavam aqui e lá a figura luminosa das gelosias, ora estirada no assoalho, ora estendida sobre as mesas, ora quebrada na quina das paredes; e desses losangos resplandecentes nas janelas, cada raio talhava no ar um grande prisma de poeira de ouro. (HUGO, 2002, p. 36)

O comportamento dos circunstantes também lhe indicava um bom presságio:

Os juízes, no fundo da sala, tinham um ar satisfeito, provavelmente contentes em logo acabar com tudo. O rosto do presidente, suavemente iluminado pelo reflexo de uma vidraça, tinha algo de calmo e bom; e um jovem adjunto conversava de maneira quase alegre, alisando seu peitilho, com uma bonita dama de chapéu cor-de-rosa acomodada por algum favor atrás dele. (HUGO, 2002, p. 36)

Até mesmo a pálida expressão dos jurados encontrava uma justificativa plausível:

Somente os jurados pareciam lívidos e abatidos, mas aparentemente era devido à fadiga de terem velado a noite toda. Alguns bocejavam. Nada, em sua atitude, anunciava homens que acabaram de trazer uma sentença de morte; e sobre as faces desses bons burgueses, eu adivinhava apenas uma grande vontade de dormir. (HUGO, 2002, p. 36)

A partir de imagens tão naturais e prazerosas, foi-lhe impossível enveredar seus pensamentos por outra trilha que não fosse a verdejante estrada da esperança:

Como uma ideia sinistra poderia despontar em meio a tantas graciosas sensações? Inundado de ar e de sol, foi-me impossível pensar em outra coisa que não a liberdade; a esperança veio irradiar em mim como o dia à minha volta; e, confiante, esperei minha sentença como esperamos a libertação e a vida. (HUGO, 2002, p. 36)

Entretanto, malgrado aquela bonita manhã e a leveza de ânimos dos presentes, a condenação à morte foi decretada. Embora esta estivesse descartada em virtude das circunstâncias, como o próprio condenado refletiu antes de receber a fatídica sentença:

Nenhuma sentença de morte foi jamais pronunciada em circunstância outra que à meia-noite, sob a luz de tochas, em uma sala escura e negra, numa noite chuvosa e fria de inverno! Mas no mês de agosto, às oito horas da manhã, num dia tão bonito, esses bons jurados, impossível! (HUGO, 2002, p. 37)

Aqui, a morte não condiz com a luminosidade e com estações florais e estivais. Pelo contrário, porquanto esta remete ao sombrio, ao recôndito e sorrateiro, à intempérie. Eis a opinião do desafortunado sentenciado. Os demais envolvidos com o julgamento, por sua vez, depuseram mediante suas expressões e a aura de normalidade que conferiram ao tribunal instantes antes da condenação ser promulgada. Declararam de tal forma que a morte lhes soava harmoniosa com a vilania e com a perfídia, destarte não havia razão para se condoer ante um indivíduo ao qual tais características poderiam ser afixadas. Não havia identificação entre os homens livres ali presentes e o outro, o dito criminoso, eis por que sua morte iminente não os apiedava, pois o consideravam merecedor da mesma, do máximo suplício.

Todavia, é indispensável se levar em consideração o contexto execrável no qual se encontrava o infeliz condenado. Entretanto, podemos nos deparar com outra obra literária escrita no mesmo século de Hugo, a qual apresenta imagens bastante similares em relação ao que é harmonioso ou dissonante no atinente à morte. O escrito em questão é *Oliver Twist* (1838), cuja autoria é de Charles Dickens. No livro do escritor inglês, o jovem Oliver, marcado por sua cativante inocência, vê-se em um momento desolador, pois Rose, a jovem pertencente a uma família que o acolhera, estava gravemente enferma. Em virtude do vigoroso declínio da saúde da moça, a desesperança principiou a imperar e Oliver estava cômico do que poderia acontecer à sua estimada amiga. Contudo, um radiante otimismo envolveu o garoto quando, em um bonito dia que despontara, a reflexão deixou-se levar pela paisagem:

There was such peace and beauty in the scene, so much of brightness and mirth in the sunny landscape, such blithesome music in the songs of the summer birds, such freedom in the rapid flight of the rook careering overhead, so much of life and joyousness in all, that when the boy raised his aching eyes and looked about, the

though instinctively occurred to him that was not a time for death – that Rose could surely never die when humbler things were all so glad and gay – that graves were for cold and cheerless winter, not for sunlight and fragrance. He almost thought that shrouds were for the old and shrunken, and that they never wrapped the young and graceful form within their ghastly folds.³ (DICKENS, 2010, p. 257-258)

No entanto, o ingênuo rapaz foi logo sacudido pela realidade, a qual o despertou de seu doce devaneio:

A knell from the church bell broke harshly on those youthful thoughts. Another! Again! It was tolling for the funeral service. A group of humble mourners entered the gate wearing white favours, for the corpse was young. [...] But the sun shone brightly, and the birds sang on.⁴ (DICKENS, 2010, p. 258)

São de imensa relevância os vocábulos associados à morte na obra do escritor inglês. O jovem Oliver a separa das muitas imagens belas que tinha diante de si, porquanto os opostos lhe soavam mais condizentes com o término da vida. Para ele, a morte não possui a menor relação com o sol e com o suave canto dos pássaros, em suma, destoa de tudo quanto é jovial. Em contrapartida, o oposto lhe cabe perfeitamente.

É conspícuo o contraste entre a percepção vigente no século XIX e as características associadas ao morrer nos dois romances aqui observados. Porém, as situações nas quais tais adjetivos foram atrelados à morte podem não parecer demasiado oportunas para o surgimento ou menção de impressões mais brandas no tocante ao encerramento da vida. Todavia, como afirmou Montaigne alguns séculos antes, a morte era considerada tabu por uma parcela de seus contemporâneos, logo não se confabulava a seu respeito muito amiúde, tampouco lhe destinavam alguns instantes de reflexão em momentos de serenidade, quiçá pois a morte também não lhes parecia condizer com tais ocasiões plácidas. Assim sendo, os pensamentos concernentes à morte eram reservados às situações extremas, permitindo que o desespero opinasse a respeito. Eis o caso das duas obras supramencionadas; em Hugo, o prisioneiro viu-

³ “Havia tanta paz e beleza na cena, tanto brilho e alegria na ensolarada paisagem, tanto contentamento no som dos pássaros de verão, tanta liberdade no voo, tanto de vida e jovialidade em tudo que, quando o menino ergueu seus olhos doloridos e olhou em derredor, um pensamento instintivo lhe ocorreu: não era um momento para a morte – Rose jamais poderia falecer quando tudo se encontrava tão alegre e ditoso -, sepulturas eram para gélidos e sombrios invernos, não para dias ensolarados e perfumados. Ele por pouco não pensou que mortalhas eram para os velhos e enrugados, que elas nunca envolviam as formas jovens e graciosas em meio a suas dobras medonhas.” Tradução livre.

⁴ “Um dobre fúnebre do sino da igreja interrompeu duramente aqueles pensamentos joviais. Outro! Novamente! Estava anunciando o serviço fúnebre. Um grupo de pranteadores humildes entrou no portão portando fitas brancas, pois o falecido era jovem [...] Porém o sol brilhava e os pássaros continuavam seu canto.” Tradução livre.

se encarcerado durante algumas semanas, portanto suas reflexões acerca da morte vieram à luz em um contexto no qual não havia luminosidade alguma, sua percepção nasceu nas sombras, em meio às mais diversas privações, foram fruto de um espírito perturbado pela desgraça em que se via imerso. Em Charles Dickens, por sua vez, o pequeno Oliver sofrera com maus tratos e indiferença durante praticamente toda sua puerícia. Por fim, quando finalmente considerava-se feliz no seio de uma família que o havia acolhido, deparou-se com a jovem moça que o recebera sendo acometida por uma grave enfermidade. A partir da iminente tragédia, a morte entra em pauta, sendo permitidas menções e pensamentos a respeito da mesma. No entanto, o espírito deixa-se influenciar pela paisagem situacional - característica bastante presente no romantismo -, porque assim como ambos os otimismo nasceram em manhãs cálidas e ensolaradas, as imagens trágicas da morte tiveram como parceiros o trágico e o desesperador. Deste modo, os contextos apresentados ilustram como uma parcela das reflexões próprias no que tange à morte pode surgir, elucidando assim parte dos maldizeres aos quais a mesma se mostra afeita.

Diferindo de um passado em que a morte por vezes era banida de diálogos e pensamentos, também a temos retraído do olhar em nossa época. Eis parte da distinção apontada por Norbert Elias:

Em resumo, a vida na sociedade medieval era mais curta; os perigos, menos controláveis; a morte, muitas vezes mais dolorosa; o sentido da culpa e o medo da punição depois da morte, a doutrina oficial. Porém, em todos os casos, a participação dos outros na morte de um indivíduo era muito mais comum. (ELIAS, 2001, p. 23)

As próprias condições medievais impossibilitavam esse distanciamento, porquanto as habitações eram menores, não havendo como isolar os moribundos, e os próprios familiares deveriam incumbir-se dos cuidados com o corpo dos falecidos⁵. Desse modo, há um evidente contraste com nossa época, na qual:

O afastamento dos vivos em relação aos moribundos e o silêncio que gradualmente os envolve continuam depois que chega o fim. Isso pode ser visto, por exemplo, no tratamento dos cadáveres e no cuidado com as sepulturas. As duas atividades saíram

⁵ Norbert Elias afirma que morte era mais familiar ao indivíduo da Idade Média do que veio a ser ao de nossa época; isso, entretanto, não significa que ela fosse acatada com maior naturalidade: “O certo é que a morte era tema mais aberto e frequente nas conversas na Idade Média do que hoje. A literatura popular dá testemunhos disso. Mortos, ou a Morte em pessoa, aparecem em muitos poemas [...] Em comparação com o presente, a morte naquela época era, para jovens e velhos, menos oculta, mais presente, mais familiar. Isso não quer dizer que fosse mais pacífica.” (ELIAS, 2001, p.21)

das mãos da família, parentes e amigos e passaram para especialistas remunerados. (ELIAS, 2001, p. 37)

Tal forma de proceder resulta em uma marginalização ainda maior da morte e, conseqüentemente, dos próprios moribundos:

Como outros aspectos animais, a morte, tanto como processo quanto como imagem mnemônica, é empurrada mais e mais para os bastidores da vida social durante o impulso civilizador. Para os próprios moribundos, isso significa que eles também são empurrados para os bastidores, são isolados. (ELIAS, 2001, p. 19)

No final das contas, evidencia-se, como afirmou Eliane Brum, que “morrer tornou-se um ato quase obscuro, que nos lembra de nossos limites num momento histórico obcecado pela juventude e pela potência.” (BRUM, setembro, 2012). E, como o próprio *Oliver Twist* relacionou, a morte nada condiz com a mocidade. Vive-se em uma época cujo culto à juventude é tão intenso que “Praticamente toda a publicidade, hoje em dia, é orientada para a juventude. E, quando se dirige aos membros de uma geração mais velha, é para lhes oferecer um produto que lhes permite parecer ou sentir-se mais jovem” (SVENDSEN, 2006, p. 24). Por fim, as relações negativas feitas com a morte nos dois romances do século XIX aqui observados acabaram por se desenvolver, mostrando-se ainda mais intensas em nossa época. A quietude que resulta do encobrimento do fim da vida apenas amplia as percepções negativas a respeito do tema: “a morte por doença e por velhice, a morte da maioria, tem sido calada entre nós, temos perdido uma grande chance de pensar sobre a vida. E como tudo que é silenciado e reprimido, também a morte tornou-se apenas horror” (BRUM, setembro, 2012).

No entanto, malgrado o afastamento da morte para os bastidores da vida social, há uma espécie de perecimento que não é igualmente tratado; afigura-se um tipo de fim que, ao menos momentaneamente, não nos atemoriza, porquanto é visto como uma morte improvável de nos acometer. A título de exemplo, podemos pensar nas mortes ocorridas por inanição ou em guerras, as quais abundam nos noticiários. Um dos motivos apontados por Norbert Elias para o frequente tratamento destinado aos moribundos é que “a morte do outro é uma lembrança de nossa própria morte” (ELIAS, 2001, p. 17). Contudo, ao assistir a programas jornalísticos, dificilmente nos imaginamos morrendo de fome ou correndo graves perigos em uma guerra, eis por que tais tragédias não precisam ser silenciadas, justamente porque não evocam nossa própria finitude⁶. Porém esta distinção entre tipos de morte não é um apanágio de nossa época, porquanto, o mesmo Montaigne, o qual relatou o pavor que acometia seus

⁶ Elisabeth Kübler-Ross afirma que: “as notícias do número dos que morrem nas guerras, nas batalhas e nas auto-estradas só confirmam a crença inconsciente em nossa imortalidade” (KÜBLER-ROSS, 2008, p. 18)

contemporâneos à simples menção do vocábulo morte, traça a seguinte distinção entre esta e sua antítese, o nascimento:

Todos evitam ver nascer um homem, todos acorrem para vê-lo morrer. Para destruí-lo, procuramos um campo espaçoso em plena luz; para construí-lo, escondemo-nos num canto escuro e o mais estreito possível. É dever esconder-se para fazê-lo, e é uma glória, da qual nascem várias virtudes, saber desfazê-lo. (MONTAIGNE, 2010, p. 438)

Essa espécie responsável por atrair a atenção dos indivíduos é a morte-espetáculo, ocorrida em coliseus romanos e em castigos executados em fogueiras e cadafalsos. Nestas, o indivíduo nada significava para os espectadores: o distanciamento entre eles era demasiado grande. Destarte, a morte lhes parecia uma punição sensata, tratava-se de suplícios justos, de mortes arazoadas e significativas. Todavia, a percepção se inverte quando o próprio indivíduo vê a si mesmo ou a um de seus amigos ou familiares à beira do fenecimento, pois se trata de uma morte próxima, relevante, de uma existência sendo surrupiada injustamente⁷. O presente contraste se mostrou claramente no tribunal em que o condenado de Victor Hugo foi julgado.

Entretanto, a morte não é meramente responsável por desvanecimentos, porquanto belos nascimentos se deram a partir de reflexões a respeito dela. Em outras palavras, a consciência da finitude humana também foi responsável por dar à luz rebentos costumeiramente antagônicos, como o são a filosofia e a religião. Na opinião de José Saramago, a inexistência da morte solaparia a ideia de ressurreição e sem esta a igreja perderia o seu alicerce fundamental (SARAMAGO, 2005, p. 18). Arthur Schopenhauer, por sua vez, afirma que “A morte é propriamente o gênio inspirador, ou a musa da filosofia, e por isso Sócrates a definiu como ‘preparação para a morte’. Sem a morte, seria mesmo difícil que se tivesse filosofado” (SCHOPENHAUER, 2001, p. 23). Em virtude de uma prole, por vezes, tão contraditória, não é motivo de espanto a infinidade de distintas interpretações que a morte sofreu, passando do papel de mãe a madrasta inúmeras vezes, alternando sua condição de aceita a rejeitada constantemente.

⁷Sobre o século XX, Geoffrey Gorer avalia em *The Pornography of Death*: “During the last half-century public health measures and improved preventive medicine have made natural death among the younger members of the population much more uncommon than it had been in earlier periods, so that a death in the family, save in the fullness of time, became a relatively uncommon incident in home life; and, simultaneously, violent death increased in a manner unparalleled in human history. Wars and revolutions, concentration camps and gang feuds were the most publicised of the causes for these violent deaths; but the diffusion of the automobile, with its constant and unnoticed toll of fatal accidents, may well have been most influential in bringing the possibility of violent death into the expectations of lawabiding people in time of peace. While natural death became more and more smothered in prudery, violent death has played an ever-growing part in the fantasies offered to mass audiences—detective stories, thrillers, Westerns, war stories, spy stories, science fiction, and eventually horror comics.” (GORER, 2003, p.51)

A partir da obra *Narciso e Goldmund* (1930), de Hermann Hesse, a qual se passa durante o período medieval, podemos perceber que a consciência da transitoriedade humana possui uma relação muito intensa com a arte, como afirma o personagem Goldmund:

Nós tememos a morte, estremeçemos diante da instabilidade da vida, nos entristecemos ao ver repetidamente as flores murcharem, as folhas caírem, e dentro dos nossos corações temos certeza de que nós também somos transitórios e que em pouco tempo iremos desaparecer. Quando artistas criam quadros e pensadores procuram leis e formulam pensamentos, é com o objetivo de salvar alguma coisa da grande dança da morte, de fazer alguma coisa que dure mais do que nós mesmos. A mulher que serviu de modelo para o mestre fazer sua bela madona talvez já tenha murchado ou morrido, e em breve ele também morrerá; outros irão morar na sua casa e comerão à sua mesa – mas sua obra ainda irá durar. (HESSE, 2013, p. 179)

Foi em meio à adversidade que o personagem de Hesse deixou-se fascinar pela arte e pelas insólitas possibilidades oferecidas por esta de exprimir-se e preservar-se. A proximidade com a morte, após abandonar a segurança da vida no convento a fim de desvelar o mundo e a si próprio, o deixou a par de sua pequenez e o fez vislumbrar novas possibilidades para sua existência:

Lutar contra a morte tinha sido a emoção mais forte de todas, a mais estranha; saber que somos pequenos, miseráveis e ameaçados, e ainda assim sentir aquela força bela e tremenda, aquele pertinaz apego à vida durante a última luta desesperada. (HESSE, 2013, p. 162)

A partir de ambos os trechos supramencionados, podemos divisar duas percepções distintas no tocante à morte que se entrelaçam, conjugando seus sentidos em uma nova interpretação. Trata-se da morte que apequena o indivíduo, esta que o torna consciente de sua fragilidade, e sua congênere engrandecedora, a qual o faz alimentar um ardente desejo de desfrute e de permanência neste mundo, por intermédio dos feitos realizados em vida. Porém, poder-se-ia considerar descabidos o consolo e o ânimo provenientes de tal vitória perante a transitoriedade; contudo, como disse Fernando Pessoa em seu *Livro do desassossego*: “o prazer da fama futura é um prazer presente, a fama que é futura” (PESSOA, 2006, p. 163). O mesmo é válido para o conforto proporcionado pela ideia de conservar-se a partir do que se deixou.

A pluralidade da morte é um traço marcante na obra *Narciso e Goldmund*. Enquanto a peste devasta toda a região pela qual Goldmund desloca-se, desolando almas, arruinando famílias e amontoando corpos inanimados, este não se deixa acometer pelo desespero, não fecha seus olhos diante dos horrores onipresentes, porém acalenta o intenso desejo de fruição que a consciência de sua transitoriedade fizera brotar. Deste modo, constata com sereno pesar

que “A vida era bela e passageira como a felicidade. A juventude era bela e murchava depressa” (HESSE, 2013, p. 236). Todavia, não se deixa afundar por meio de tais reflexões no mar do desespero e da imobilidade, porquanto aprendera a nadar antes de ser lançado em águas tão perturbadoras. Para Goldmund, a realidade da morte precedera as monstruosidades da peste, tornou-se ciente de sua finitude muito antes dos contágios se alastrarem de maneira desenfreada, dirigindo imensuráveis horrores.

Deste modo, Goldmund pôde comportar-se racionalmente em meio a tamanha tragédia. Sua conduta em tal situação destoou do que costumava acontecer em períodos de contaminação. Segundo Jean Delumeau, em seu capítulo destinado aos tempos de peste na obra *História do medo no Ocidente*, a placidez, o meio-termo, era absolutamente incomum em tais contextos, embora alguns eruditos aconselhassem o estoicismo a fim de evitar contágios:

Não se podia ser senão covarde ou heroico, sem possibilidade de acantonar-se entre os dois. O universo do meio-termo e das meias-tintas que é comumente o nosso - universo que repele para a periferia os excessos de virtudes e de vícios - via-se bruscamente abolido. (DELUMEAU, 2009, p. 194)

Por outro lado, a grande maioria entregava-se ao pavor e à insanidade ou ao desesperado desfrute de seus derradeiros momentos de vida, pois esta poderia escapar-lhes a qualquer instante: “eram as bebedeiras e os desregramentos inspirados pelo desejo frenético de aproveitar os últimos momentos de vida. Era o *carpe diem* vivido com uma intensidade exacerbada pela iminência quase certa de um horrível trespasse” (DELUMEAU, 2009, p. 186). A imersão nos prazeres se mostrava um refúgio, uma alternativa de fuga de uma realidade sombria, motivada pelo intuito de repelir a ideia da morte:

essa sede sôfrega de viver era provocada pelo medo de um prazo no qual as pessoas se esforçavam em não pensar, aturdindo-se. A exaltação descontrolada dos valores da vida era uma maneira de escapar à insuportável obsessão da morte. (DELUMEAU, 2009, p. 187)

Embora valorizasse os prazeres, o personagem de Hesse não se deixou possuir por uma incontida necessidade de fruição por dois principais motivos. Primeiramente, desde que abandonara o mosteiro, o gozo sempre o acompanhou, não havendo sentido, portanto, em ver-se atormentado por uma privação que poderia tê-lo acometido durante a maior parte de sua existência. A segunda razão consiste na ausência do imperativo de ocultar a morte de si mesmo, porquanto já estava plenamente a par de sua finitude, não carecendo resguardar-se de tais ideias em incessantes fontes de prazer. Porém, é inegável o fato de que a maior

recorrência de falecimentos em tal momento acentuou o valor da vida e das maneiras de usufruí-la. Como ilustra o diálogo que Goldmund estabeleceu com uma jovem desolada em virtude dos absurdos presenciados, os quais denotavam zombar de qualquer esperança na vida, sussurrando inação à espera pelo hediondo trespasse. A moça em questão dirige-se a Goldmund: “Você – disse ela – não percebe que a morte está em toda parte, que as pessoas estão morrendo em todas as casas e em todas as cidades, e que só há miséria e desgraça por todo lado?” (HESSE, 2013, p. 179). Este, por sua vez, redargui:

O ódio dessas pessoas idiotas que queimaram seu pai não passa de aflição; é o resultado de um excesso de sofrimento. Olhe, em breve a morte também vai nos pegar, e iremos apodrecer no campo e as toupeiras brincarão com nossos ossos. Vamos viver um pouco antes que isso aconteça. (HESSE, 2013, p. 252)

Em suma, a morte pôde assumir uma concepção plural para Goldmund, porque a percepção de sua finitude permeou inúmeras de suas vivências mais significativas, conferindo-lhes brilho incomum, dificultando-lhe o nefário fracasso de acostumar-se com a vida. Em dado momento da obra, após permanecer durante um longo período em uma única cidade, comportamento insólito para o personagem em questão, Goldmund percebe como o costume havia contaminado suas relações:

Mas este parecia ser o dia de decisões e percepções. Quando Catarina apareceu à janela, sorrindo para ele com seu sorriso um tanto quanto grosseiro, quando ele estendeu a mão para fazer o sinal habitual, lembrou-se de repente de todas as outras vezes em que se postara ali, esperando da mesma maneira. Com uma precisão tediosa, ele previu tudo que iria acontecer nos minutos seguintes: ela reconheceria o seu sinal, voltaria para dentro da cozinha e logo depois apareceria na porta dos fundos com alguma coisa na mão, talvez linguças, que ele aceitaria e depois afagaria e apertaria a moça contra seu corpo, como ela esperava que ele fizesse. De repente, parecia tolo e abominável provocar toda essa sequência mecânica de coisas já vividas, e representar o seu papel nela – apanhar a linguça, sentir os seios fortes da moça encostados nele, apertá-la um pouco em seus braços como se fosse um pagamento. Pareceu-lhe ver no seu rosto bondoso e vulgar um traço de um hábito desprovido de alma, e no seu sorriso amistoso, alguma coisa mecânica e sem mistério, alguma coisa que ele não merecia. [...] Ele ainda a amava, ainda a desejava realmente? Não, estivera ali vezes demais, e com excessiva frequência vira esse sorriso sempre igual, que ele retribuía sem um impulso de seu coração. (HESSE, 2013, p. 212-213)

A carência de sentido em virtude do hábito não se limitou à relação com a mulher supramencionada, mas expandiu-se a ponto de bradar-lhe o tamanho desatino que seria permanecer naquela cidade, vivendo de incessantes e embrutecedoras repetições. Curiosamente, essa é a mesma angústia sentida pelos personagens de Jorge Luis Borges, em seu conto *O imortal*. Na narrativa em questão, um indivíduo depara-se com seres de sua própria espécie dotados de uma peculiar distinção: a imortalidade. Os mesmos haviam

perdido praticamente todas as características humanas, a eternidade os havia reduzido a um estado lamentável. O peso da mesmice tornou-se insustentável, este os havia oprimido em demasia. Por fim, foi inevitável a valorização do oposto:

A morte (ou sua alusão) torna preciosos e patéticos os homens. Estes comovem por sua condição de fantasmas; cada ato que executam pode ser o último; não há rosto que não esteja por se dissipar como o rosto de um sonho. Tudo, entre os mortais, tem o valor do irrecuperável e do casual. Entre os Imortais, por sua vez, cada ato (e cada pensamento) é o eco de outros que no passado o antecederam, sem princípio visível, ou o fiel presságio de outros que no futuro o repetirão até a vertigem. Não há coisa que não esteja como que perdida entre incansáveis espelhos. Nada pode acontecer uma única vez, nada é preciosamente precário. (BORGES, 2008, p. 21)

Se pensarmos no análogo desalento possível entre mortais e seus fictícios congêneres humanos fadados à eternidade, alcançaremos uma triste constatação: tal imortalidade nefasta não necessita que vivamos perenemente para se manifestar. Porquanto agrilhoar-se durante uma vida inteira a contextos de desatino produz o mesmo efeito, a mesma aflição e idêntica perda de sensibilidade perante a vida.

Por outro lado, receia-se que a vida perca seu valor em razão de sua finitude; assim sendo, a efemeridade do existir terreno constantemente necessita de suportes metafísicos para que os edifícios do sentido evitem ruir. No entanto, nossa mortalidade é capaz de afigurar-se um propulsor para os desfrutes da vida. Nas palavras de Freud: “O valor da transitoriedade é o valor da escassez no tempo. A limitação da possibilidade de uma fruição eleva o valor dessa fruição” (FREUD, s. a.). Quando nossa mortalidade desvela-se diante de nós, quando a familiaridade permite-nos aproximações mais íntimas, a ponto de despi-la de suas vestes fúnebres, com as quais perversamente foi adornada, percebemos a vida sob um novo ângulo e uma necessidade vital de não desperdiçá-la nos envolve. Como afirma Rollo May:

Essa consciência de sermos mortais nos desafia a usar estes poucos anos de modo a penetrar o mais profundamente nosso coração e o coração daqueles que amamos. Existe, como Giraudoux nos fala, uma pungência, uma vivacidade, na verdade, uma vitalidade que está presente na mortalidade. (MAY, 1992, p. 264)

Ao passo que consolações metafísicas por vezes funcionam de modo oposto, porquanto protelam qualquer anseio de sorver a existência como se esta pudesse secar a qualquer instante. Montaigne nos conta em seus Ensaios que, em determinadas ocasiões, ao ser subitamente acometido por um pensamento valioso, dirigia-se às pressas a sua vivenda a fim de anotar sua reflexão, pois receava perecer a qualquer momento e ter uma parcela de seu pensamento perdida para sempre. Se o filósofo em questão desprezasse sua própria mortalidade, seria provável que interrompesse seus passeios e demais afazeres para escrever

suas impressões acerca do mundo quando estas lhe surgissem, ou limitaria suas marcas no papel, seu grande legado à humanidade, em virtude de procrastinações e esquecimentos? Em suma, a imortalidade suposta ou genuína possivelmente contaria com a indolência em seu séquito.

Eis novamente a já mencionada interferência no viver exercida pela maneira como a morte é compreendida. Os exemplos anteriores, conferidos nas páginas iniciais deste capítulo, eram dotados de caráter metafísico; seus congêneres supramencionados, no entanto, não apresentam a mesma característica. Portanto, ainda que não se creia em outras existências possíveis após o término da atual, pode-se compactuar com a seguinte convicção de Eliane Brum: “temos uma vida só, mas dentro dessa, podemos viver muitas.”. (BRUM, março, 2010) A crença na pluralidade que uma única existência se mostra receptiva a abarcar pode se mostrar uma afronta à estagnação e um estímulo à ampliação das vivências humanas. Para Goldmund, a ideia de se estabelecer era execrável, havendo um forte contraste entre seu estilo de vida e o dos indivíduos de existência consolidada:

o andarilho é sempre o adversário, o inimigo mortal do proprietário estabelecido, que o detesta, despreza-o ou tem medo dele porque não quer ser lembrado de que toda a existência é transitória, de que a vida está constantemente murchando, de que a implacável morte gelada enche o universo à nossa volta. A vida infantil do andarilho, sua origem materna, seu afastamento da lei e do espírito, sua disponibilidade e constante intimidade secreta com a morte há muito tempo haviam impregnado e marcado profundamente a alma de Goldmund. (HESSE, 2003, p. 220)

Se para um grande número de indivíduos o incerto é fonte de temor, para alguns poucos, o enraizamento soa ainda mais horripilante. Em virtude de tal inconstância, Goldmund pôde cumular sua existência com inúmeras vidas distintas.

Todavia, o desregramento de Goldmund não costumava ser bem visto. Seu próprio mestre, cuja madona despertou o espírito artístico em Goldmund, reprovava sua inconstância e indisciplina quando não se via imerso em uma criação artística proveniente do fundo de sua alma:

Mais de uma vez o mestre, irritado, arrependeu-se de ter acolhido aquele rapaz difícil e irresponsável, que desafiava sua paciência ao máximo. As coisas que ficara sabendo a respeito da vida errante de Goldmund, sua indiferença pelo dinheiro e por propriedades, sua vontade de esbanjar, seus muitos amores, suas rixas frequentes, nada disso favorecia sua opinião sobre o rapaz; acolhera um cigano, um estranho. (HESSE, 2003, p. 191)

Entretanto, o contraste não era sentido meramente por uma das partes. Deste modo, Goldmund também desaprovava veementemente o que Mestre Nicoulau se tornara:

Ao lado do artista que entalhara aquela madona com sua bela boca sofredora, ao lado do observador e conhecedor, cujas mãos conseguiam, de modo mágico, transformar experiências profundas e intuição em formas palpáveis, havia um outro Mestre Nicolau: um pai e mestre um tanto severo e amedrontado, um viúvo que, em companhia da filha e de uma criada feia, levava uma vida serena e um tanto retraída na sua casa silenciosa, que se opunha tenazmente aos impulsos mais fortes de Goldmund, que se acomodara numa vida calma, moderada, metódica e respeitável. (HESSE, 2003, p. 186)

Apesar de reputar a arte como um triunfo perante a transitoriedade, esta possuía significação mais ampla para Goldmund, que, conseqüentemente, não compartilhava os anseios por fama e riqueza, os quais acabavam ressecando o espírito de seu mestre, fazendo com que este se dedicasse a trabalhos inferiores, indignos de um genuíno artista, a fim de atingir suas ambições consideradas tacanhas por seu discípulo. Eis um breve retrato da arte e da relação de Mestre Nicolau com a mesma traçado sob o ponto de vista de Goldmund:

Para ele, a arte e a habilidade artística não teriam o menor valor se não ardessem como o sol, se não tivessem a força da tempestade, se apenas trouxessem conforto, deleite, pequenas alegrias. Ele buscava outra coisa. Uma coroa de Nossa Senhora, delicada como uma renda, folheada a ouro, não era trabalho para ele, por mais que pagassem por isso. Por que o mestre aceitava todas essas encomendas? Por que mantinha aqueles dois ajudantes? Por que ficava horas ouvindo aqueles senhores do conselho ou os preladados quando lhe encomendavam um portal ou um púlpito com a vara de medição na mão? Agia assim por dois motivos, dois motivos mesquinhos: porque queria ser um artista famoso cheio de encomendas e porque queria juntar dinheiro. Dinheiro, não para alguma grande realização ou para os prazeres, mas dinheiro para sua filha, que já era uma jovem rica, dinheiro para seu enxoval, para golas de renda e vestidos de brocado e para uma cama de casal em nogueira, cheia de cobertas e lençóis de linho valiosos! Como se a bela jovem não pudesse descobrir o amor da mesma maneira num palheiro qualquer. (HESSE, 2003, p. 191)

Porém, Goldmund vira a morte de demasiado perto, aprendera a conviver com a adversidade sempre à espreita. Destarte, ansiava por liberdade, não dispunha de tempo para desperdiçar sua existência e talento com ninharias. O embotamento de seu espírito parecia-lhe um preço desmedidamente alto para a obtenção de compensações irrisórias como glória e fortuna. Goldmund faz ecoar a seguinte crítica nietzscheana:

Muito frequentemente observo que sim, a cega diligência traz riquezas e honras, mas também priva os órgãos daquela finura que tornaria possível a fruição de riquezas e honras, e noto, igualmente, que esse grande antídoto para o tédio e as paixões torna embotados os sentidos e faz o espírito refratário a estímulos novos. (NIETZSCHE, 2012, p. 64)

Goldmund abriu mão de uma reputação sólida como artista, a qual também solidificaria seu espírito, seu gênio criador, por um retorno à sua vida errante, a fim de cumular o âmago de seu ser com novas vivências e imagens com o intuito de depois transformá-las em obras de arte genuínas. Deste modo, utiliza as seguintes palavras na tentativa de despedir-se de seu mestre:

não quero trabalhar como artesão, laqueando estátuas e entalhando púlpitos, e levando uma vida de artesão na oficina. Não quero ganhar dinheiro e ser igual aos outros artesãos; não isso eu não quero. Quero viver e correr o mundo; sentir o verão e o inverno; ver o universo, provar suas belezas e seus horrores. Quero sofrer fome e sede, e quero esquecer e libertar-me de tudo que vivi e aprendi com o senhor. Gostaria de fazer um dia algo tão belo e tão comovente quanto a sua madona – mas não quero ser igual ao senhor e viver o mesmo tipo de vida. (HESSE, 2003, p. 207)

Não almejava os grilhões de uma vida sóbria e cingida pela boa reputação. O cárcere do mestre lhe parecia demasiado desconfortável e Nicolau dificilmente conseguiria livrar-se de sua prisão, porquanto proporcionara uma dependência tão grande àqueles que de alguma forma se relacionavam com sua arte, fazendo-lhe encomendas ou desfrutando dos bens possibilitados por estas. Enquanto a inconstância de Goldmund lhe rendia desaprovações, a constância do mestre, o pacto feito consigo próprio de permanecer sempre o mesmo, sempre fiel ao que se tornara, proporcionava-lhe uma boa imagem em meio a seus contemporâneos. Como afirma Nietzsche:

Uma reputação sólida costumava ser extremamente útil; e onde quer que a sociedade continue a ser dominada pelo instinto de rebanho, é ainda muito conveniente, para cada indivíduo, fazer com que seu caráter e sua ocupação sejam tidos por imutáveis – mesmo que no fundo não o sejam. ‘Nele se pode confiar, ele continua o mesmo’: - em todas as situações perigosas da sociedade, este é o louvor de maior significado. A sociedade sente, com satisfação, que tem na virtude desse, na ambição daquele, na reflexão e no fervor daquele outro um *instrumento* confiável e sempre disposto – ela presta o máximo de honras a essa *natureza de instrumento*, essa fidelidade a si mesmo, essa invariabilidade nas opiniões, nas aspirações e até nos defeitos. Uma tal avaliação, que em toda parte floresce e floresceu juntamente com a moralidade dos costumes, educa o ‘caráter’ e *difama* toda mudança, toda reaprendizagem e transformação de si. (NIETZSCHE, 2012, p. 178)

O Mestre Nicolau tornou-se afeito àquela vida, as recompensas provenientes das confecções artísticas não muito desafiadoras ou significativas aparentaram arrefecer o vazio deixado pelo distanciamento gerado entre ele e o que se considerava a verdadeira expressão artística. O mestre, a partir de determinado momento, imortalizou sua existência de forma nefasta, enrijecendo-a.

Curiosamente, quando se sente a vida passando lentamente, sem desespero, as possibilidades de permanência neste mundo a partir do que se deixou recrudescem, o indivíduo permite-se maior liberdade, vê-se mais livre quando suas próprias concepções a respeito de sua finitude destoam dos valores costumeiramente vigentes nas sociedades ocidentais, que reputam nossa mortalidade como algo indubitavelmente trágico. Por outro lado, imortalizar uma vida de desatino, cristalizando-a em um contexto carente de sentido é a mais eficaz das formas de se deixar devorar pela privação e pelo esquecimento. Afigura-se um

grave risco de queda em um embrutecimento dos sentidos análogo ao dos imortais de Borges. Ademais, como já foi dito anteriormente, a morte pode ser suprimida da fala e do pensamento, mas ainda somos incapazes de bani-la da realidade. Deste modo, por mais que fechemos nossas janelas, haverá grandes riscos de tempestades prontas a irrompê-las. O provável resultado de tais invasões, de manifestarmo-nos e refletirmos em meio à tormenta acerca do que calamos durante uma vida inteira, seria acentuar desmesuradamente o que o tema antes silenciado possui de negativo. De forma contrária, Eliane Brum afirma que: “Encarar a morte com naturalidade é o mais longe da morbidez que se pode estar” (BRUM, novembro, 2009).

Por fim:

Não se iluda. Fugindo ou não dela, é a morte que dá sentido à vida. É diante da possibilidade do fim que criamos uma existência que valha a pena. Sem ela, deixaríamos tudo para um amanhã que nunca chegaria, presos a um presente tão repetitivo quanto infinito. Calar a morte é uma burrice, já que inútil, mas é principalmente a perda de uma grande oportunidade para viver uma vida mais viva. (BRUM, setembro, 2012)

3. A CHEGADA DO VISITANTE: O MOMENTO DESPROVIDO DE ESCOLHAS

Da forma como a percebemos, a morte pode se mostrar polida ao fazer suas visitas, pois, ao invés de chegar de chofre, como às vezes a incivilidade lhe dita, anuncia sua presença com considerável antecedência. Nos tempos de antanho, mais precisamente no período medieval, morrer de inopino era considerado o mais temível e hediondo dos fins: “Nesse mundo tão familiarizado com a morte [as pessoas sentiam quando iam morrer], a morte súbita era morte feia e desonrosa, fazia medo, parecia coisa estranha e monstruosa de que não se ousava falar” (ARIES, 1990, p. 12).

Curiosamente, em tempos mais incivilizados, se formos utilizar as medidas de nossa época, eram mais frequentes as lamúrias perante procedimentos dissimulados e sorrateiros por parte da morte. O próprio indivíduo, caso fosse alertado que pereceria de modo abrupto, sem que lhe fosse precisada uma data, mergulharia em imenso desespero, porquanto sua salvação eterna poderia comprometer-se inevitavelmente em consequência de um trespasse inesperado. Os rituais precedentes ao término da vida eram considerados cruciais; morrer repentinamente era ver-se destinado a incontáveis tormentos na etapa subsequente ao término da vida.

Por outro lado, nosso maior receio recai sobre um desenlace anunciado com desmedida antecedência; o qual, contudo, aparenta jamais vir a termo, sendo precedido pelas mais dolorosas privações, por árduas angústias e infindos sofrimentos. Ao imaginar-se inserido em tal contexto de horror, provavelmente a morte intempestiva não denotaria ser tão desagradável ao homem contemporâneo quanto a mesma se mostrava ao indivíduo medieval. Na verdade, adotamos o hábito de marginalizar a morte, exigimos que se movimente pela porta dos fundos e com passadas silenciosas, na impossibilidade de afugentá-la de nossas vivendas. Portanto, se a mesma opta pelo vagar, se proclama seu inevitável surgimento, porém teima em atrasá-lo, deixando o indivíduo imerso em padecimentos, a solução considerada mais sensata é ocultar o atormentado, visto que a morte está a rondá-lo e a única maneira de omiti-la em tais contextos é levando consigo quem esta se encontra a espreitar.

À morte civilizada, a qual ousa mostrar-se de modo indiscreto, destinamos severas punições; estas, entretanto, recaem com peso esmagador sobre o indivíduo cuja vida está

prestes a se esvaír, isolando-o. Philippe Ariès descreve a imagem que essa espécie de morte assumiu em nosso tempo e o comportamento costumeiro diante da mesma:

A morte já não causa medo apenas por causa de sua negatividade absoluta, provoca náusea como qualquer espetáculo repugnante. Torna-se *inconveniente* como os atos biológicos do homem, as secreções do corpo. É *indecente* torná-la pública. Já não se tolera deixar entrar qualquer um no quarto com cheiro de urina, suor, gangrena, ou com lençóis sujos. É preciso impedir o acesso, exceto a alguns íntimos, capazes de vencer o nojo, e aos que prestam serviços. Uma nova imagem da morte está formada: a morte feia e escondida, e escondida por ser feia e suja. (ARIÈS, 1990, p. 622)

Pois, de acordo com Norbert Elias: “Repetidamente iremos ver como é característico de todo o processo que chamamos de civilização esse movimento de segregação, esse ocultamento ‘para longe da vista’ daquilo que se tornou repugnante” (ELIAS, 2011, p. 123). Logo, a morte aparenta ser uma extensão da doença, o próximo ato de uma mesma peça. Eis uma transformação bastante similar à observação de Philippe Ariès:

No século XIX, a medicina [...] esposara a tese, segundo a qual a morte não existe em si: ela é a separação da alma do corpo, deformação, não-vida. A morte torna-se exclusivamente negativa. Não terá mais sentido fora da doença caracterizada, designada e catalogada, da qual é a última etapa. (ARIÈS, 1990, p. 394)

A medicina proporcionou inegáveis bens à espécie humana, porém é evidente a aura sombria que a mesma, em conjunto com o recrudescimento da sensibilidade humana em virtude do processo civilizador, conferiu à morte. A respeito do final do século XX, Ariès se manifesta em uma afirmação cuja validade alcança nossa época:

Os rápidos progressos do conforto, da intimidade, da higiene pessoal, das ideias de assepsia tornaram todo mundo mais delicado; sem que nada em contrário se possa fazer, os sentidos já não suportam os odores nem os espetáculos que, ainda no início do século XIX, faziam parte, com o sofrimento e a doença, da rotina diária. As sequelas fisiológicas saíram do cotidiano para passarem ao mundo da assepsia e da higiene, da medicina e da mortalidade inicialmente confundidas. Esse mundo tem um modelo exemplar – o hospital e sua disciplina celular. (ARIÈS, 1990, p. 623)

Pudemos perceber alguns aspectos concernentes à morte em nossos dias. Entretanto, a partir do pensamento dos médicos do século XIX, o qual se expandiu em nossa época, não se limitando meramente ao campo da medicina, podemos perceber um agrupamento incoerente de sentidos. A morte deixou de possuir significado próprio e passou a imiscuir-se na definição de doenças graves e das mais variadas catástrofes, como as automobilísticas. No início deste capítulo, ironicamente abordamos a morte como ela é percebida no presente momento. No entanto, há um equívoco demasiado grande, pois a morte não dispõe de arautos, tampouco

possui sequazes! A morte não carece do trágico para se manifestar, tampouco enfermidades e acidentes resultam inevitavelmente em falecimentos.

O distanciamento semântico supracitado evidencia-se na obra *As intermitências da morte* (2005), de José Saramago. Nesta, após as infundas lamentações humanas a respeito de sua própria transitoriedade e em virtude das vestes cada vez mais macabras com as quais nossa espécie empenhou-se por ornar a morte, esta opta por deixar os cidadãos de determinado local em paz, porque se residia nela a fonte de todas as angústias responsáveis pela desdita humana, eis a oportunidade de usufruírem de uma felicidade inédita ao longo de toda a história.

Inicialmente, o júbilo apossou-se daquela afortunada nação, porquanto a morte continuava a distribuir seus préstimos em todos os demais países com o labor costumeiro. Deste modo, a indolência de tão incansável trabalhadora mostrou-se bastante restrita, o que levou tais indivíduos agraciados com a imortalidade a venerarem seu país; o nacionalismo jamais se mostrara mais intenso. Na verdade, a fim de provar o quão disparatada é qualquer generalização, até mesmo a suposta aposentadoria da morte desagradou alguns cidadãos da mencionada localidade, cujo nome não nos foi revelado na obra. O descontentamento e a preocupação não tardaram a se manifestar dentro de igrejas, companhias de seguros, empresas funerárias, etc.; estas que, segundo se narra na obra, faziam da morte um negócio.

Entretanto, a desolação não se manteve limitada por muito tempo àqueles que perderiam oportunidades de lucro e poder em razão da ausência da morte. Logo se chegou a uma constatação desesperadora: embora a morte houvesse interrompido sua existência, não houve a mais ínfima mudança no habitual envelhecimento e definhamento naturais do corpo, os mais terríveis acidentes de carro continuaram ocorrendo com regular frequência e tampouco as doenças graves cessaram de acometer um considerável número de indivíduos. Em nossa época, poder-se-ia pensar que a morte partiu deixando resquícios de si. Eis um tolo disparate contestado pela ficção de Saramago.

Deste modo, as consequências se mostraram as mais nefastas possíveis. Se outrora ao menos existia a morte para aliviar o indivíduo severa e irreversivelmente enfermo ou para acalantar o corpo destruído e irreparável em virtude de hediondos acidentes, o sombrio presente não dispunha de alívios. Destarte, os hospitais rapidamente ficaram desprovidos de leitos vagos, porquanto as pessoas enfermas e acidentadas em estado mais grave não se

recuperavam, tampouco o frágil fio de vida remanescente que teimosamente as animava cessava de bruxulear. Situação igualmente desesperadora se manifestava em asilos, pois a velhice não interrompia sua expansão; ignorava limites. Em suma, não havia mais possibilidades de novas entradas, visto que as saídas encontravam-se obstruídas. Deste modo, algumas soluções drásticas careceram de ser tomadas: os enfermos cuja morte se encontrava suspensa, mas cujo estado se mostrava irreconciliável com a vida, foram devolvidos às famílias, pois os hospitais nada podiam fazer por eles e precisavam conceder seus leitos e esforços àqueles indivíduos ainda passíveis de convalescença. No que tange aos lares para idosos, como os define Saramago: “essas benfazejas instituições criadas em atenção à tranquilidade das famílias que não têm tempo nem paciência para limpar os ranhos, atender aos esfíncteres fatigados e levantar-se de noite para chegar a arrastadeira” (SARAMAGO, 2005, p.20), um sombrio prognóstico perante o futuro desenhou-se em sua frente:

não queriam nem pensar num futuro de trabalho em que os objectos dos seus cuidados não mudariam nunca de cara e de corpo, salvo para exhibi-los mais lamentáveis em cada dia que passasse, mais decadentes, mais tristemente descompostos, o rosto enrugando-se prega a prega, igual que uma passa de uva, os membros trémulos e duvidosos, como um barco que inutilmente andasse à procura da bússola que lhe tinha caído ao mar. Um novo hóspede sempre havia sido motivo de regozijo para os lares do feliz ocaso, tinha um nome que seria preciso fixar na memória, hábitos próprios trazidos do mundo exterior, manias que eram só dele. (SARAMAGO, 2005, p.20)

Nenhuma solução parecia sensata para tão catastrófica situação. A respeito dos asilos, cogitou-se optar pela mesma alternativa imaginada aos hospitais demasiado lotados: a devolução à família. Esta forma de contornar o problema, porém, esbarrou em uma desesperadora barreira logística:

para isso seria necessário que se encontrasse nela [na família] alguém com suficiente tino na cabeça e energias bastantes no resto do corpo, dons cujo prazo de validade, como sabemos por experiência própria e pelo panorama que o mundo oferece, têm a duração de um suspiro se o compararmos com esta eternidade recentemente inaugurada, o remédio, salvo a opinião mais abalizada, seria multiplicar os lares do feliz ocaso, não como até agora, aproveitando vivendas e palacetes que em tempos conheceram melhor sorte, mas construindo de raiz grandes edifícios, com a forma de um pentágono, por exemplo, de uma torre de babel, de um labirinto de cnossos, primeiro bairros, depois cidades, depois metrópoles, ou, usando palavras mais cruas, cemitérios de vivos onde a fatal e irrenunciável velhice seria cuidada como deus quisesse, até não se sabe quando, pois os seus dias não teriam fim. (SARAMAGO, 2005, p.31)

Ademais, a iminência de uma crise econômica logo se tornou visível, pois em breve haveria uma disparidade imensa entre a população infantil, jovem e adulta e entre a parcela dotada de mais idade; o número de velhos suplantara absurdamente a quantidade de cidadãos

inseridos em outras categorias em virtude de suas faixas etárias. Deste modo, como a nação desprovida de mortalidade lidaria com a necessidade de pagar aposentadoria a um número cada vez maior de indivíduos sem ruir suas próprias finanças?

Em outras palavras, a obra de José Saramago compromete impiedosamente a corrente percepção a respeito da morte. O júbilo inicial ante a ausência de falecimentos não tardou a ser comutado pelo desespero. A dádiva tornou-se maldição e o regozijo transformou-se em inveja em relação aos países vizinhos sobre os quais a piedosa mão da morte ainda recaía. A morte passou a ser desejada por um crescente número de indivíduos, a ponto de surgir uma organização clandestina responsável por renovar a concórdia entre miseráveis enfermos e a dama outrora rejeitada. O autor de *As intermitências da morte* também libertou o conceito próprio da morte, o qual havia sido agrilhado ao trágico, como mencionamos anteriormente, encontrando-se imerso em significados concernentes à doença e ao catastrófico. De fato, a nação descrita por Saramago aparenta encontrar-se em situação tão calamitosa quanto uma cidade medieval rodeada pela peste; a distinção, todavia, reside na duração das agonias, pois, em um dos contextos, se estas são incapazes de ser abrandadas pela cura dos indivíduos contaminados, ao menos havia a morte para lhes confortar de uma enfermidade tão severa e obstinada.

A situação presente no romance de Saramago é ficcional; há, entretanto, uma realidade bastante análoga e não menos aterradora: esta é oriunda de uma raríssima doença chamada Síndrome de Riley-Day, a qual impossibilita o indivíduo de sentir dor e, à primeira vista, pode ser percebida como uma dádiva, assim como a ausência da morte no livro supracitado. A realidade, contudo, trata de inverter a interpretação favorável à enfermidade, pois a dor representa nosso sinal de alerta, este que é ativado quando algo de errado acontece. Com o alarme emitido pelo corpo perenemente desativado, se é capaz de quebrar uma perna e seguir utilizando-a como se nada houvesse acontecido, agravando as avarias ao membro lesado até torná-lo irrecuperável.

Contudo, o ponto de maior tragicidade na obra do escritor português não é a supressão da morte, mas sim a permanência de doenças, catástrofes e o incontido envelhecimento corporal. Caso a morte realmente andasse de mãos dadas com estes, se os mesmos realmente integrassem seu suposto séquito, a obra de Saramago seria um romance excessivamente tedioso, porquanto o júbilo imperaria ilimitadamente ao longo do curto período que durou o afastamento da morte.

Em *As intermitências da morte*, o fim da vida, justamente por não acontecer, revela seu caráter renovador. Este ponto fica evidente nas lamúrias egoístas externadas pelos funcionários dos asilos, pois teriam de se acostumar a conviver sempre com os mesmos indivíduos, o regozijo proveniente de novas entradas, da admissão de seres dotados de imagem, hábitos e pensamentos diversos estava prestes a tornar-se uma utopia, a metamorfosear-se em um traço do passado, um hóspede da memória cumulado de saudades. No entanto, a leitura de Saramago nos permite expandir tal pensamento. São as gerações futuras os principais responsáveis pelas mudanças ocorridas na arte, no pensamento e, conseqüentemente, na maneira de se conduzir a vida ao longo dos tempos. Com a inexistência da morte, mesmo que em condições ideais, em um mundo desprovido de doenças, catástrofes e perdas de vigor por parte do corpo, chegar-se-ia a um ponto em que estagnaríamos, pois não haveria espaço para novas gerações; inevitavelmente nosso mundo estaria demasiado populoso. Portanto, infundas barbáries, que o olhar desacostumado de novas gerações auxiliou a extinguir, possivelmente existiriam até o presente.

Uma das peculiaridades mais sublimes da literatura é sua receptividade ao imaginativo; trata-se de um inesgotável convite feito ao pensamento do escritor para imaginar o que não pode ser visto, o que a realidade impede de verificar. Saramago utilizou-se desta imensa liberdade na concepção de sua obra aqui mencionada. Deste modo, na impossibilidade de observar empiricamente uma região destituída de falecimentos, pôs-se a imaginá-la de acordo com suas inclinações intelectuais. A morte – tanto quanto a vida, quando estas se encontram entrelaçadas - inviabiliza inúmeros experimentos. Portanto, eis a necessidade da literatura como auxílio para a reflexão no que tange a tais assuntos. Quando Milan Kundera menciona que “Nunca se pode saber aquilo que se deve querer, pois só se tem uma vida e não se pode nem compará-la com as vidas anteriores nem corrigi-la nas posteriores” (KUNDERA, 1985, p. 14), trata-se de uma afirmação insondável; a mesma, porém, pode soar plausível para inúmeros leitores. Os próprios imortais de Borges - na impossibilidade de um estudo antropológico com uma tribo de indivíduos imorredouros - foram fruto do que o escritor, fazendo uso de seu conhecimento, sentimentos e racionalidade, soube traduzir em arte. As tentativas de descobrimento de novos mundos, ainda que reclusas no campo das ideias, constituem um traço que valoriza imensamente a arte literária e possibilitam ao indivíduo refletir acerca de questões de suma importância, as quais norteiam parcelas imensamente relevantes de suas vidas. Quanto à realidade dos fatos, provavelmente não faz a menor diferença o indivíduo crer ou não em outras vidas, pois estas existirão ou deixarão de fazê-lo

independentemente das propensões de seus sentimentos e intelecto, todavia o fato de nutrir ou não determinada crença exercerá influência no modo de existir humano, assim sendo é relevante o papel da literatura ao disponibilizar ao indivíduo, caso este deseje, possibilidades de repensar suas inclinações intelectuais e emocionais.

Com base no supracitado, podemos observar outro ponto bastante relevante no que concerne à morte e à constituição de sua imagem. Em uma miríade de situações, o término da vida se mostra demasiado injusto por usurpar a existência de indivíduos repletos de espírito primaveril e cumulados de possibilidades de usufruir a vida a contento durante numerosos anos – eis a permanência da impressão de *Oliver Twist*, na qual a morte não condiz com a jovialidade e com os dias estivais. Na verdade, somos incapazes de prever como seriam os anos subsequentes do indivíduo de prematuro trespasses, contudo nosso otimismo os pinta com as mais belas cores. Na obra *O estranho misterioso*, de Mark Twain, há um personagem munido de peculiares poderes que aparece diante de quatro meninos e os maravilha com seus truques e sortilégios. Um dos apanágios mais interessantes do personagem em questão consiste em sua capacidade de operar mudanças nos destinos alheios, calculando as consequências de todos os seus possíveis atos. Em dado momento da obra, o personagem miraculoso comunica a um dos garotos que irá mudar decisivamente o destino de um de seus amigos, Nicky. O jovem se mostra bastante interessado a respeito da informação recém-recebida, assim sendo interroga seu interlocutor a respeito do caráter da mudança; seria esta positiva para seu companheiro? O ser místico afirma que sim, indubitavelmente seria algo benéfico. Porém, ao ser comunicado a respeito do novo destino de Nicky, o jovem garoto se vê consternado, porquanto seu amigo acabaria acordando poucos minutos mais tarde do que o faria normalmente, sem intervenção alguma do indivíduo com insólitos poderes; em consequência de tal mudança, um feito heroico e supostamente bem sucedido que o mesmo realizaria no dia seguinte seria prejudicado: ao invés de salvar sem muitas dificuldades uma jovem de um afogamento, Nicky e a garota pereceriam em meio às águas. Após as queixas que sucederam o relato em questão, o indivíduo de atípicos poderes justificou-se. Se o salvamento houvesse se dado a contento, sem a menor interferência alheia, Nicky viveria até os 62 anos; porém, teria apanhado um forte resfriado em decorrência de suas vestes molhadas e, por conseguinte, passaria os 46 anos seguintes em cima de uma cama, surdo, cego e mudo, “rezando noite e dia pelo abençoado alívio da morte” (TWAIN, 1999, p. 122).

Em outras palavras, o indivíduo é incapaz de precisar como seria sua vida caso algo distinto ocorresse ou se outra escolha houvesse tomado. Obviamente, ele pode basear-se em conjecturas, mas o que garante sua exatidão? Como afirma Kundera, é impossível reviver inúmeras vezes o mesmo momento a fim de optar pela ação mais sensata e, conseqüentemente, validá-la após comprovar sua eficácia no atinente a prover o indivíduo das maiores satisfações possíveis. A título de exemplo, o escritor em questão contrasta a vida com os experimentos científicos:

Em trabalhos práticos de física, qualquer aluno pode fazer experimentos para verificar a exatidão de uma hipótese científica. Mas o homem, porque não tem senão uma vida, não tem nenhuma possibilidade de verificar a hipótese através de experimentos, de maneira que não saberá nunca se errou ou acertou ao obedecer a um sentimento. (KUNDERA, 1985, p. 39)

A morte igualmente é um aspecto integrante da vida humana, deste modo, o indivíduo é incapaz de verificar se continuar vivendo seria positivo, pois se veria diante de uma existência satisfatória, ou se, ao contrário, a morte o aliviaria de um lamento porvir. Obviamente cada morte possui um sentido particular, assim como cada escolha dentro de uma existência, destarte seria disparatado desvinculá-la de seu contexto na hora de atribuir-lhe significado. Jean-Paul Sartre afirma que “Antes de começarmos a viver, a vida, em si, não é nada, mas nos cabe dar-lhe sentido, e o valor da vida não é outra coisa senão este sentido que escolhemos” (SARTRE, 2012, p. 42). Se para o filósofo francês a existência precede a essência, é porque o sentido atribuído à vida carece do contexto no qual o indivíduo está inserido e de suas vivências e percepções a respeito do que o cinge: não havendo significado preestabelecido, porquanto este é atribuído, afixado ao que nos circunda, inexistindo por si só. Podemos estender o raciocínio para a morte, porquanto sua significação receberá influência do cenário no qual o indivíduo se encontra. Poderá ser louvada ou lastimada. Em relação ao personagem de Twain, a amplidão do mundo cederia lugar à reclusão de um quarto; a inconstância juvenil, à dolorosa inércia; a comunhão de vozes, à desesperadora quietude. A partir de tal contexto, o “abençoado alívio da morte” assume pleno sentido.

Por fim, no que tange à hora da morte, pudemos perceber como a mesma é capaz de apresentar facetas diversas ao espírito humano, podendo esmagá-lo com sua mão pesada ou acarinhá-lo com seu toque sutil. Entretanto, apesar do costumeiro temor causado por sua aproximação em nossa época, observamos, através da obra de Saramago, como sua inexistência seria fonte de tormentos hediondos. De fato, optamos por conferir maior

visibilidade a contextos de alívio causados pela existência da morte, porquanto imagens opostas abundam de maneira aterradora, não sendo necessário ampliá-las.

4. O ACOLHIMENTO DA MORTE

Nos tempos de antanho, o indivíduo sentia quando a morte se aproximava; não necessariamente porque a mesma se portasse de forma mais estrepitosa, anunciando sua chegada com alarde, mas sim em virtude da maior clareza dos sentidos humanos durante o momento derradeiro. Em nosso presente, por sua vez, o moribundo converte-se em paciente: é afastado de sua vivenda – local em que os falecimentos costumavam ocorrer durante inúmeras épocas, contando com familiares à volta da cama do doente -, para ter o hospital como palco de seu divórcio da vida⁸.

Tais mudanças de recente ocorrência não se restringem a uma mera troca de cenário, pois, se outrora o indivíduo de saúde irreparavelmente comprometida via-se incapaz de resistir a sua enfermidade por muito tempo, a partir do século XX, tornou-se possível prolongar de forma jamais vista a ordem rítmica dos sinais vitais humanos, inclusive quando o corpo encontra-se diante das avarias mais severas e incontornáveis.

Por conseguinte, a participação do moribundo em sua própria morte foi se abafando gradativamente. Como relata Philippe Ariès em *História da morte no Ocidente*:

Na França, pelo menos até a década de 1930, a morte era uma grande cerimônia, quase pública, presidida pelo morto. Este estava prevenido, sabia que a morte estava próxima. Pusera em ordem seus negócios, redigira suas últimas vontades, distribuira seus bens a fim de evitar querelas entre herdeiros. ‘Jazia no leito, enfermo’, como diziam os testamentos do século XVII. A família e os amigos reuniam-se no quarto, à volta do leito para a despedida. [...] Após o final, um aviso fixado na porta ou então falatórios dos vizinhos convidavam todas as pessoas relacionadas ao morto a vir vê-lo. Estas visitas também se destinavam a consolar os sobreviventes. Mas era antes de tudo ao morto que se honrava pela última vez, aspergindo-lhe água benta e olhando-o antes que desaparecesse.

Antes da morte, é o moribundo quem preside e comanda. Após a morte, é o morto que se visita e honra. (ARIÈS, 2012, p. 208-209)

⁸ Em *The Pornography of Death* (1955), o antropólogo Geoffrey Gorer afirma: “I cannot recollect a novel or play of the last twenty years or so which has a ‘death-bed scene’ in it, describing in any detail the death ‘from natural causes’ of a major character; this topic was a set piece for most of the eminent Victorian and Edwardian writers, evoking their finest prose and their most elaborate technical effects to produce the greatest amount of pathos or edification.

One of the reasons, I imagine, for this plethora of death-bed scenes-apart from their intrinsic emotional and religious content -was that it was one of the relatively few experiences that an author could be fairly sure would have been shared by the vast majority of his readers. Questioning my old acquaintances, I cannot find one over the age of sixty who did not witness the agony of at least one near relative; I do not think I know a single person under the age of thirty who has had a similar experience. Of course my acquaintance is neither very extensive nor particularly representative; but in this instance I do think it is typical of the change of attitude and ‘exposure.’” (GORER, 2003, p. 20-21)

O autor aponta a transformação ocorrida nas décadas subsequentes:

Duas grandes mudanças intervieram em seguida. Primeiramente, o morto foi privado de seus direitos - era tutelado como uma criança menor de idade ou como se houvesse perdido a razão. Não tem mais o direito de saber que vai morrer; os que o cercam escondem-lhe a verdade até o fim, e dele dispõem – para seu próprio bem. Tudo se passa como se ninguém soubesse que alguém vai morrer, nem os familiares mais próximos nem o médico... e nem mesmo o padre, quando um subterfúgio permitiu-lhe que viesse sem maiores danos.

Chega, então, o momento em que não se tem mais necessidade de encenar, em que o moribundo realmente perdeu os sentidos e a consciência, continuando a respirar. E a família, esgotada pelo cansaço, assiste durante dias, por vezes semanas, aquilo que antigamente durava – embora de modo mais dramático e doloroso – algumas horas, a cabeceira de uma pobre coisa espetada por tubos na boca, nariz, pulso... e a espera dura, dura, até que num belo dia ou numa bela noite, a vida estanca quando menos se espera, quando já não há mais ninguém em volta.

Pouco a pouco, o interesse ou a compaixão, quando subsistiram, foram se deslocando do moribundo para a família e demais sobreviventes. [...] Ainda se admite, nesse caso, que os sobreviventes tenham direito a um consolo. A partir de então, a sociedade tende a recusar-lhes esse direito: é a segunda grande mudança que intervém nas atitudes diante da morte. Hoje é vergonhoso falar da morte e do dilaceramento que provoca, como antigamente era vergonhoso falar do sexo e de seus prazeres [...] O decoro proíbe, a partir de então, toda referência à morte. É mórbida, faz-se de conta que não existe, existem apenas pessoas que desaparecem e das quais não se fala mais – e das quais talvez se fale mais tarde, quando se tiver esquecido que morreram. (ARIÈS, 2012, p. 209-210)

O comportamento do moribundo sofreu uma inversão demasiado drástica, porquanto abandonou o típico caráter ativo de antigamente, comutando-o pela passividade - não o fazendo necessariamente de forma deliberada, visto que a iminência da própria morte lhe é ocultada por médicos e familiares.

Deste modo, com base no intento de manter a vida a todo custo (distanásia), recrudescer o horror causado quando a morte se acerca. De fato, o receio maior permeia menos a morte em si do que as prováveis consequências advindas de seu avizinhamento. Como atesta a antropóloga Debora Diniz:

A distanásia é a prática que mais diretamente ameaça a promoção do princípio da dignidade humana nos cuidados em saúde para com os idosos. É também a experiência que maior temor provoca em idosos hospitalizados ou submetidos a tratamentos de doenças crônicas. Muitas pesquisas mostram que os idosos não temem diretamente a morte, mas a aproximação da morte acrescida de sofrimento físico e mental, tratamentos prolongados e obstinações terapêuticas. Esse receio, infelizmente, não é infundado. (DINIZ; COSTA, s. a., p. 130)

Destarte, houve um remodelamento da imagem da morte e o temor causado por esta é despertado através de uma figura inédita em épocas progressas:

Os antigos signos da morte, sejam esqueletos horrendos ou jacentes serenos, foram de uma vez por todas banidos do mundo moderno. Mas eis que a morte reaparece

sob o aspecto igualmente insólito de um inválido espetado por tubos e agulhas, condenado a meses e anos de vida vegetativa. (ARIÈS, 2012, p. 272)

Em virtude da passividade e do horror que se instauraram diante da morte, o debate sobre os direitos de o indivíduo interromper sua própria existência ganharam maior visibilidade. Entretanto, em decorrência da modernidade do tema, encontraremos um ínfimo número de obras literárias que tratem a respeito da eutanásia. Por conseguinte, inicialmente observaremos de forma breve como algumas vertentes do pensamento, entre elas a literatura, relacionaram-se com o suicídio, outra controversa forma de liberdade, para, por fim, retornarmos ao tema da eutanásia.

Desde épocas bastante remotas, uma parcela dos indivíduos demonstra intenso descontentamento com sua condição e, conseqüentemente opta por findar a própria existência em virtude da desesperança de qualquer transformação responsável por reconciliá-los com a vida. Porém, a percepção no que tange a tal forma de liberdade individual não se manteve constante ao longo dos tempos.

De acordo com o filósofo latino Sêneca: “Morrer bem é fugir do perigo de viver mal.” (SÊNECA, 2008, p. 64). Sêneca diviso de modo positivo o fato de haver apenas uma maneira para se entrar na vida, porém inúmeras formas de abandoná-la. Reconhecia como heróis os indivíduos que matavam-se para evitar a escravidão e a desonra, narrando com louvor formas criativas mediante as quais os gladiadores abandonavam suas hediondas condições: “A quem não falta coragem para a morte não faltará também imaginação” (SÊNECA, 2008, p. 69). Eis um exemplo presente em sua obra:

Há pouco tempo, um homem que era levado sob custódia ao espetáculo matutino, fingindo um sono premente, cambaleante, inseriu a cabeça entre os raios da roda, permanecendo firme até que a roda girou e lhe quebrou o pescoço. (SÊNECA, 2008, p. 68)

Para Sêneca, ir ao encontro da morte era uma saída para uma existência sofrida ou até mesmo insípida.

De fato, o suicídio era percebido de forma mais branda no período clássico do que veio a ser em épocas posteriores. Émile Durkheim, em sua obra *O suicídio*, aponta que nas civilizações Greco-latinas o suicídio só era considerado ilegítimo quando não dispunha da autorização do Estado (DURKHEIM, 2011, p. 426). Assim sendo, o homem que se matava ilegalmente em Atenas era privado das honras da sepultura regular e, além disso, a mão do cadáver era decepada e enterrada à parte. Havia castigos análogos em outras cidades gregas;

porém, como enfatiza o sociólogo: “essas penas aplicavam-se somente no caso de o indivíduo matar-se sem pedir autorização prévia às autoridades competentes” (DURKHEIM, 2011, p. 426). Durkheim afirma que tais leis eram expressas do seguinte modo em Atenas:

Aquele que não deseja viver por mais tempo deve expor suas razões ao Senado e, depois de obtido dispensa, deixar a vida. Se a existência te é odiosa, morre; se estás oprimido pela fortuna, bebe a cicuta. Se estás arqueado pela dor, abandona a vida. Que o infeliz conte seu infortúnio, que o magistrado lhe forneça remédio e sua miséria terá fim. (DURKHEIM, 2011, p. 427)

O sociólogo menciona que há menos registros a respeito da legislação romana no atinente ao suicídio. Porém, a partir de determinados documentos escritos, presume que havia grande similaridade entre a forma como os gregos e os romanos encaravam o encerramento deliberado da própria vida, o qual inevitavelmente dependia da aprovação do Estado a fim de evitar punições.

Contudo, o pensamento mudou com o passar do tempo, pois, com o advento do cristianismo, o suicídio tornou-se uma prática nefasta, porquanto compete apenas a Deus estabelecer o devido momento em que o indivíduo deixará este mundo, portanto interromper a própria vida pode ser considerado uma blasfêmia contra o criador. No entanto, as condenações durante o ápice da era Cristã não se limitavam ao campo espiritual, privando o suicida do paraíso. Durkheim conta que até o século XIX houve legislações demasiado severas para o suicídio. Em determinadas localidades, os bens do morto eram confiscados e seu corpo arrastado pela cidade e enterrado em uma estrada, sem nenhuma cerimônia. Muitas vezes os corpos eram pendurados ou incinerados para que servissem de exemplo. Quanto aos nobres, em algumas cidades eram declarados plebeus, seus bosques eram cortados, seus castelos demolidos e seus brasões quebrados (DURKHEIM, 2011, p. 423-424). Na obra *A divina comédia* de Dante Alighieri, os suicidas chegam a habitar um dos círculos do inferno. Eis como um dos habitantes descreve seu suplício:

Quando homem violento, dominado pelo furor, voluntariamente apaga sua vida, é atirado por Minos ao sétimo círculo. Cai, ao acaso, no meio da floresta, qual semente germina e se faz árvore, cuja fronde serve de pasto às Harpinas, as quais, provocando a dor, a esta abrem a janela que são os gritos. No dia do Juízo Final, como os demais iremos procurar os nossos corpos sem que deles possamos jamais revestir-nos, pois não é justo recuperar o que em vida se rejeitou. Serão arrastados para aqui e permanecerão pendentes dos galhos da árvore na qual a alma está reclusa. (ALIGHIERI, 1979, p. 64)

Como punição pelo ato de encerrar a própria vida, os suicidas são transformados no ser vivo dotado de maior longevidade e de mais ínfima mobilidade. Em outras palavras, são agrilhoados à existência, condenados a ela e afixados a solos inférteis, seguros da

impossibilidade de atentarem contra si mesmos novamente, privados de “para consigo serem carrascos”, como afirma Dante.

Entretanto, houve questionamentos acerca da aversão divina ante o suicídio, sendo o filósofo iluminista David Hume um expoente dessa distinta maneira de pensar. Hume propunha o seguinte questionamento: se era considerado uma heresia interromper a própria vida, pois apenas Deus é incumbido de estabelecer nossos prazos existenciais, tampouco não o seria prolongá-la? Por exemplo, se um enfermo medica-se, obtendo assim sua cura, não estaria indo de encontro aos desígnios do ser supremo? Nas palavras de Hume:

Se dispor da vida humana fosse algo reservado apenas à autoridade do todo-poderoso, e se fosse considerada uma violação da lei o homem dispor de sua própria vida, seria tão criminoso agir para a preservação da vida quanto para sua destruição. Pois, se eu evito que uma pedra caia na minha cabeça, também estou perturbando o curso da natureza e invadindo o domínio particular do todo-poderoso, prolongando minha vida além do período que, pelas leis gerais da matéria e do movimento, ele tinha me atribuído. (HUME, 2004, p. 806)

O filósofo iluminista em questão denota ser menos radical do que Sêneca, porquanto este via o suicídio como uma saída até mesmo para uma vida enfadonha, Hume, por sua vez, o vê como um recurso correspondente a uma existência demasiado árdua, quando a vida reduz-se a um fardo com cujo peso somos incapazes de lidar. O pensador não poupa de suas críticas quem receia findar a própria vida por julgar tal atitude uma injúria contra o criador:

Pode-se imaginar que me queixo da providência ou que amaldição minha criação por dispor da minha vida e colocar um termo numa existência que, se se prolongasse, me tornaria miserável? [...] Lamentar-se contra a providência serve apenas para aqueles que acreditam, tolamente, não ter semelhante poder, e que se deve prolongar uma vida odiosa, por mais repleta de dores e de doenças, de opróbrio e pobreza. (HUME, 2004, p. 806-807)

No mesmo século de Hume, veio à luz uma obra importantíssima do escritor alemão Goethe intitulada *Os sofrimentos do jovem Werther* (1774), a qual levou muitos jovens ao suicídio após sua leitura. No romance, Werther suicida-se depois de ver como inexecutável a união com a mulher amada. No escrito, pode-se entender de forma mais clara como se sente o indivíduo que acaba optando por interromper a própria vida, pois implorar ao mesmo para que não se mate por causa de um intenso amor impossível de ser consolidado, argumentando que o tempo resolverá tudo, apagará os sofrimentos, bastando que se espere um pouco, pois em dado momento um novo amor irá despontar em sua vida, possibilitando a felicidade atualmente inalcançável, seria o mesmo que clamar a um enfermo para não partir, pedindo-lhe que esperasse mais alguns meses ou anos, pois em breve seria desenvolvida uma cura para sua

doença e o mesmo poderia voltar a ter uma vida saudável. Porém e se a cura jamais aparecesse? Equiparar-se-ia aos enfermos fictícios de José Saramago, os quais não feneciam, contudo não recobravam a saúde? E se um novo amor jamais surgir para restituir o sentido a uma existência disparatada?

Por vezes, o suicídio é reprovado inclusive quando o indivíduo se encontra inserido nos mais atrozes contextos de desatino. Em meados do século XX, vem a público a obra *Morte e Vida Severina* (1955), de João Cabral de Melo Neto. O poema dramático em questão narra a trajetória de um retirante nordestino que parte do sertão em direção ao litoral pernambucano. Eis um empreendimento de fuga da fome, da seca, da miséria e da morte. Todavia, o migrante Severino não se via a par da extensão do infortúnio humano quando arquitetou sua jornada, pois o frio abraço da penúria era muito mais amplo do que se poderia imaginar. Ao longo de seu deslocamento, pôde unicamente deparar-se com novas expressões do desalento e do trágico. O único trabalho disponível ao longo das regiões palmilhadas pelo retirante era o de coveiro e o de rezadeira para os falecidos, pois apenas a morte abundava na região:

- Desde que estou retirando
só a morte vejo ativa,
só a morte deparei
e às vezes até festiva;
só a morte tem encontrado
quem pensava encontrar vida,
e o pouco que não foi morte
foi de vida severina. (NETO, 2008, p. 82)

Contudo, a despeito da nefária realidade do retirante, o nascituro empreendimento de afastar-se voluntariamente da vida, como quem busca uma nova geografia, a fim de fazer com que suas misérias desvançam-se no horizonte longínquo, ser-lhe-á veementemente reprovado no diálogo subsequente:

- Seu José, mestre carpina,
que habita este lamaçal,
sabes me dizer se o rio
a esta altura dá vau?
sabe me dizer se é funda
esta água grossa e carnal?
- Severino, retirante,
jamais o cruzei a nado
quando a maré está cheia
vejo passar muitos barcos,
barcaças, alvarengas,
muitas de grande calado.
- Seu José, mestre carpina,
para cobrir corpo de homem

não é preciso muito água:
basta que chega o abdome,
basta que tenha fundura
igual à de sua fome.

- Severino, retirante
pois não sei o que lhe conte
sempre que cruzo este rio
costumo tomar a ponte
quanto ao vazio do estômago,
se cruza quando se come.

- Seu José, mestre carpina,
e quando ponte não há?
quando os vazios da fome
não se tem com que cruzar?
quando esses rios sem água
são grandes braços de mar?

- Severino, retirante,
o meu amigo é bem moço
sei que a miséria é mar largo,
não é como qualquer poço:
mas sei que para cruzá-la
vale bem qualquer esforço.

- Seu José, mestre carpina,
e quando é fundo o perau?
quando a força que morreu
nem tem onde se enterrar,
por que ao puxão das águas
não é melhor se entregar?

- Severino, retirante,
o mar de nossa conversa
precisa ser combatido,
sempre, de qualquer maneira,
porque senão ele alarga
e devasta a terra inteira.

- Seu José, mestre carpina,
e em que nos faz diferença
que como freira se alastre,
ou como rio na cheia,
se acabamos naufragados
num braço do mar miséria?

- Severino, retirante,
muita diferença faz
entre lutar com as mãos
e abandoná-las para trás,
porque ao menos esse mar
não pode adiantar-se mais. (NETO, 2008, p. 102-104)

Evidencia-se o tom negativo que a morte assumiu no contexto em questão. Porém, é relevante a relação exposta acima entre a desistência da própria vida e o fracasso, o medroso capitular. Há um imenso distanciamento, tanto temporal quanto de posicionamento, entre o personagem de João Cabral que confabula com Severino e o pensador latino Sêneca. Este via o suicídio como alternativa perante uma realidade destituída de sentido; o mesmo representava-lhe um desfecho ativo, até mesmo um ato de revolta, como no caso do gladiador que apartou-se de

sua existência sorrateiramente, deixando, assim, de reduzir-se a um mero divertimento para espectadores sanguinários. Aquele, por sua vez, percebia o suicídio como negativo, ainda que inserido em um contexto de fome, pobreza e desesperança. Portanto, aguardar a própria morte, imerso em uma vida desarrazoada, afigurava-se o verdadeiro ato de coragem. Em suma, duas leituras bastante antagônicas de um mesmo proceder: um ato de desistência movido pela fraqueza e um ato de revolta regido pelo inconformismo.

A partir do supracitado, constata-se que o suicídio foi considerado digno de reflexões ao longo da história pelos mais diversos campos do pensamento. O mesmo, entretanto, não ocorreu no que tange à eutanásia (conquanto o tema não tenha passado completamente despercebido ao longo dos tempos). A principal distinção entre as duas formas de liberdade individual aqui mencionadas é que a eutanásia tende a ser buscada por indivíduos impossibilitados de se suicidar, sobretudo por incapacidade física, mas também por temor. Este, porém, não costumava ser um imenso problema antigamente, pois outrora as pessoas viam-se conscientes de que a morte delas se acercava – a própria literatura, segundo relata Ariès, tendia a ridicularizar o indivíduo que não se apercebia da iminência de sua morte -, ademais, as agonias do moribundo comportavam-se de maneira meteórica: os padecimentos eram mais intensos, porém logo o alívio da morte os silenciava. No presente, contudo, a existência é mantida durante períodos imensuravelmente mais longos, muitas vezes eclipsando a morte do próprio moribundo, o qual encontra-se estacionado em uma encruzilhada entre a morte e a vida, um meio-termo em que ambas encontram-se suspensas: o indivíduo não é devolvido à vida tampouco entregue à morte, pois o hospital habituou-se a assenhorear-se de sua existência, prolongando-a teimosamente, a despeito das condições indignas e da perda gradativa de sua qualidade.

Deste modo, a necessidade da eutanásia tornou-se mais presente do que nunca para alguns indivíduos demasiado insatisfeitos com suas condições e, ao mesmo tempo, incapazes de abandonarem-nas sem auxílio de outrem. Na obra *As intermitências da morte*, de José Saramago, os falecimentos cessaram suas ocorrências em determinada região; assim sendo, em uma aldeia situada próxima à fronteira com um dos países limítrofes, havia uma família pobre com não um, mas dois parentes em “estado de vida suspensa ou, como eles preferiam dizer, de morte parada” (SARAMAGO, 2005, p. 38). Como nos é relatado na obra, “Um deles era um avô daqueles à antiga usança, um rijo patriarca que a doença havia reduzido a um mísero farrapo, ainda que não lhe tivesse feito perder por completo o uso da fala”

(SARAMAGO, 2005, p. 38), ao passo que “O outro era uma criança de poucos meses a quem não tinham tido tempo de ensinar nem a palavra vida nem a palavra morte e a quem a morte real recusava-se a dar a conhecer. Não morriam, não estavam vivos” (SARAMAGO, 2005, p. 38). Nem sequer a medicina era capaz de dar-lhes qualquer esperança:

o médico rural que os visitava uma vez por semana dizia que já nada podia fazer por eles nem contra eles, nem sequer injectar-lhes, a um e a outro, uma boa droga letal, daquelas que não há muito tempo teriam sido a solução radical para qualquer problema. (SARAMAGO, 2005, p. 38)

Em dado momento, o decrepito senhor chama para junto de si sua filha, tencionando falar-lhe algo; comunica-lhe seu desejo pela morte. Todavia, a moça logo lhe rememora as palavras do médico, o qual enfatizara a impossibilidade de qualquer trespassse. O velho retorque: “O médico não entende nada, desde que o mundo começou a ser mundo sempre houve uma hora e um lugar para morrer” (SARAMAGO, 2005, p. 39). A seguir, comunica à filha sua vontade: gostaria de ser levado à fronteira, porquanto acalentava a esperança de que a morte por lá ainda rondasse. Inicialmente, houve grande relutância por parte de seu rebento, porém, em virtude da insistência do ancião, seu pedido foi acatado: partiriam em direção à fronteira, tanto os parentes que compartilhavam a mesma vivenda quanto o avô e a criança.

Bastou a fronteira ser cruzada para que o ansiado abraço da morte alcançasse o vetusto senhor. O mesmo foi ali sepultado, a fim de não despertar suspeitas, juntamente com seu falecido netinho. Jaziam ambos enterrados em enternecedor amplexo, abandonados de todo e qualquer sofrimento: uma atípica imagem para aquela região imersa em assombrosos tempos imorredouros. Porém, quando os vivos regressaram a sua morada, foram interrogados por um dos vizinhos, o qual presenciara toda a movimentação ocorrida na noite anterior, a despeito da cautela familiar. Por fim, foi-lhe revelado o ocorrido e este não tardou a horrorizar-se, pouco importando o fato do falecido haver suplicado para ser conduzido ao outro lado da fronteira em decorrência de seus infintos padecimentos. Como consequência, a família foi levada às autoridades em função do crime cometido.

O caso supracitado afigura-se uma forma de eutanásia, porquanto o velho enfermo foi incapaz de cruzar a fronteira mediante os próprios esforços. Saramago descreve as impossibilidades de conforto proporcionadas pela medicina em tempos de banimento da morte. Destarte é preciso rebelar-se de forma considerada criminosa, como o fizeram os membros da família a pedido do velho senhor, ou é necessário o moribundo resignar-se a um sem-número de sofrimentos despropositados. Como pudemos ver na obra em questão, o terror

proveniente da eutanásia voluntária não se limita ao corpo médico, mas tem a sociedade como cúmplice, personificada na figura do vizinho vigilante, o qual se horroriza quando um desejo incompatível com sua moralidade é atendido. De fato, outro traço de angústia e incômodo é despertado pelo caráter ativo oriundo do decrépito enfermo, o qual faz valer sua vontade. Como aponta Philippe Ariès, estamos afeitos à infantilização do moribundo, ademais:

Os parentes dos mortos são coagidos a fingir indiferença. A sociedade exige deles um autocontrole que corresponde à dignidade que impõe aos moribundos. No caso destes, como no do sobrevivente, é importante nada dar a perceber de suas emoções. A sociedade inteira se comporta como a unidade hospitalar. Se o moribundo deve ao mesmo tempo superar seu transtorno e colaborar gentilmente com médicos e enfermeiras, o infeliz sobrevivente deve esconder seu sofrimento e renunciar a recolher-se numa solidão que o trairia, continuando sem descanso sua vida de relações sociais, trabalho e de lazeres. (ARIÈS, 2012, p. 241)

Quando as regras de etiquetas perante a morte são negligenciadas, o estranhamento e a insatisfação tendem a despontar por parte do outro⁹.

No final das contas, em meio a tamanho anseio de preservação à vida, mesmo nas condições mais indignas, acaba-se olvidando o que realmente é a vida em um sentido mais amplo, apartado do reducionismo das definições biológicas:

Alguns há que pensam que a vida é coisa biológica, o pulsar do coração, uma onda cerebral elétrica. Não sabem que, depois que a alegria se foi, o corpo é só um ataúde. E aí os teólogos e médicos, invocando a autoridade da natureza, dizem que a vida física deve ser preservada a todo custo... Mas a vida humana não é coisa da natureza. Ela só existe enquanto houver capacidade para sentir a beleza e a alegria.

E, assim, apoiados nessa doutrina cruel, submetem a torturas insuportáveis o corpo que deseja partir – cortam-no, perfuram-no, ligam-no a máquinas, enfiam-lhes tubos e fios para que a máquina continue a funcionar, mesmo diante de suas súplicas: “Por favor, deixem-me partir!” (ALVES, 2001, p. 76)

Parte-se do pressuposto de que qualquer indivíduo possui a mesma concepção a respeito do que é a vida, de que esta possui o mesmo valor e o mesmo encantamento de maneira unânime. Deste modo, anulam-se as possibilidades de escolhas individuais em função de uma suposta

⁹“David Sudnow (1971), num livro em que estuda a organização social destinada a lidar com a morte em dois hospitais americanos, relata alguns acontecimentos fatais que causaram pânico, surpresa e comoção entre as pessoas que constituíam o corpo de funcionários do estabelecimento. O primeiro foi o assassinato de uma pessoa nos domínios do hospital; o segundo, o suicídio de um paciente psiquiátrico, e o terceiro, a morte acidental de um técnico de raios-x, eletrocutado quando manipulava a máquina. O pânico e a comoção com que as pessoas enfrentaram a morte nesses casos, em um contexto no qual ela faz parte da rotina diária, têm a ver com o fato de que essas mortes não são mortes ‘de’ hospital – ou seja, ocorridas de acordo com um conjunto de normas que admite a morte como rotina e que dispõe de um sistema de expectativas capaz de desconhecer, atenuar ou neutralizar o seu impacto – mas mortes ocorridas ‘no’ hospital, isto é, fora das possibilidades de controle do sistema institucionalizado.” (RODRIGUES, 2006, p. 22-23). A partir dos exemplos apresentados, podemos observar a desorientação causada pela morte que desrespeita as normas. O mesmo se dá em relação aos moribundos e sobreviventes cujo comportamento destoa do esperado, do permitido dentro do meio no qual estão inseridos.

opção coletiva. Em um interessantíssimo filme/documentário intitulado *Solitário anônimo* (2007), Debora Diniz registra o tratamento dado a um senhor que, embora saudável, havia optado pela morte. No entanto, como não dispunha de coragem para se suicidar, escolhera entregar-se à morte por inanição, deitado na verdejante grama de um parque, abstendo-se de ingerir qualquer alimento. Tal procedimento afigura-se afrontoso: decidira a maneira e o local onde sua morte ocorreria, ademais, ainda havia um agravante: nem sequer encontrava-se com sua saúde debilitada. Eis a visão que foi destinada a seu ato: uma provável rebeldia movida pela insanidade. Portanto, a unidade hospitalar tratou de recolher o indivíduo supracitado do local em que este se encontrava e alimentá-lo à força, por meio de sondas inseridas contra sua vontade, em meio a acusações de selvageria. As enfermeiras nem sequer dignaram-se a ouvi-lo antes de agir contrariamente a sua vontade. De fato, as motivações do homem eram de pouca relevância, pois só o deixaram falar depois de arruinarem seu empreendimento. No final do vídeo, há um depoimento do próprio indivíduo cuja morte voluntária lhe foi privada:

eu comecei a me conscientizar de que o meu propósito era inviável a partir de quando eu fui obrigado a comer, porque ali não adiantaria ter resistido mais que eu resisti, porque eu teria perdido a briga de braço. O hospital ali, aquela engrenagem hospitalar teria vencido porque eles têm na mão um elemento que tira a vontade do indivíduo, que tira até a consciência do indivíduo, que é a sedação.

Como afirma a antropóloga responsável pelo documentário em questão:

Diferentemente da medicina nazista, em que a eutanásia foi compreendida como uma prática de extermínio de pessoas indesejáveis, o debate contemporâneo sobre o direito de morrer é fundamentado em premissas de direitos humanos. Não se discute quem deve ou não viver, se há ou não doenças que justifiquem a eutanásia, mas sim se as pessoas devem ou não ser livres para decidir sob quais condições a experiência da vida é intolerável e a morte é desejada. Eutanásia como o exercício de um direito humano fundamental é resultado de uma deliberação estritamente individual sobre o sentido da vida e da morte. Nesse contexto, eutanásia não é uma recomendação médica ou uma imposição do Estado, mas um ato de escolha privado pautado por premissas éticas, religiosas ou filosóficas sobre a existência humana. (DINIZ, s. a.)

Pudemos perceber ao longo dos tempos que o indivíduo jamais dispôs de autonomia para abandonar a vida quando lhe aprouvesse. Assim sendo, necessitava da permissão do Estado durante a época clássica e esbarrava no interdito da igreja nos períodos subsequentes. Atualmente, o hospital aliou-se a tal empreendimento, sendo constituída uma tríade em geral contrária à vontade individual de renunciar à própria existência. Este último aparenta ser o mais invasivo – como vimos no caso de *Solitário anônimo* e como veremos a seguir, a partir de outros exemplos. Deste modo recrudescer o pavor diante dos combates fúteis à morte, os quais consistem em meramente prolongar uma vida desprovida de qualidade, sendo incapazes de oferecer qualquer possibilidade de cura: “O prolongamento da vida não é, por si só, um

benefício, especialmente quando se trata de pacientes terminais para os quais não há qualquer possibilidade de mudança ou inversão do quadro clínico” (DINIZ; COSTA, s. a., p. 129). O escritor Rubem Alves corrobora as pesquisas cujos resultados afiançam que se teme mais os suplícios que acompanham o morrer do que o trespasse em si:

Já tive medo da morte. Hoje não tenho mais [...] Mas tenho muito medo do morrer. O morrer pode vir acompanhado de dores, humilhações, aparelhos e tubos enfiados no meu corpo, contra a minha vontade, sem que eu nada possa fazer, porque já não sou mais dono de mim mesmo. (ALVES, 2003)

Evidencia-se em suas palavras o caráter invasivo dos tratamentos supracitados, os quais se apropriam do corpo do moribundo e obliteram sua vontade: o termo paciente atinge a maior das intensidades. Na mesma crônica intitulada *Sobre a morte e o morrer*, da qual o trecho acima foi extraído, o autor nos oferece dois sombrios exemplos no que tange à falta de sensibilidade com que vida e morte tendem a ser encaradas pela unidade hospitalar:

Mas a medicina não entende. Um amigo contou-me dos últimos dias do seu pai, já bem velho. As dores eram terríveis. Era-lhe insuportável a visão do sofrimento do pai. Dirigiu-se, então, ao médico: "O senhor não poderia aumentar a dose dos analgésicos, para que meu pai não sofra?". O médico olhou-o com olhar severo e disse: "O senhor está sugerindo que eu pratique a eutanásia?"

Há dores que fazem sentido, como as dores do parto: uma vida nova está nascendo. Mas há dores que não fazem sentido nenhum. Seu velho pai morreu sofrendo uma dor inútil. Qual foi o ganho humano? Que eu saiba, apenas a consciência apaziguada do médico, que dormiu em paz por haver feito aquilo que o costume mandava; costume a que freqüentemente se dá o nome de ética. (ALVES, 2003)

A seguir, relata outro caso com inaudita ternura:

Um outro velhinho querido, 92 anos, cego, surdo, todos os esfíncteres sem controle, numa cama -de repente um acontecimento feliz! O coração parou. Ah, com certeza fora o seu anjo da guarda, que assim punha um fim à sua miséria! Mas o médico, movido pelos automatismos costumeiros, apressou-se a cumprir seu dever: debruçou-se sobre o velhinho e o fez respirar de novo. Sofreu inutilmente por mais dois dias antes de tocar de novo o acorde final. (ALVES, 2003)

Em relação ao último exemplo apresentado, são demasiado reveladoras as formas de expressão utilizadas por Rubem Alves, mormente quando caracteriza a interrupção dos batimentos do coração como um “acontecimento feliz” e quando poeticamente atribui o ocorrido ao anjo da guarda daquele cujo órgão vital cessou seu funcionamento. Obviamente jamais nos utilizaríamos de tais vocábulos nos referindo a alguém contente com sua condição que houvesse sido arrebatado da vida subitamente. Entretanto, o presente caso e a forma como o mesmo é narrado evidenciam a pluralidade de sentidos ao qual a morte se mostra receptiva,

podendo afigurar-se uma bênção para o indivíduo cuja vida perdeu completamente o sentido e da qual o mesmo deseja se desvencilhar.

Em suma, a morte é capaz de ser vista de modo distinto dependendo de quem a observa, pode mostrar-se sensual, horripilante ou até mesmo um misto de ambas. Normalmente, quando o indivíduo a deseja, o costumeiro terror com que é adornada desvanece. Um claro exemplo desta percepção encontra-se na obra autobiográfica de Ramón Sampedro intitulada *Cartas do inferno* (1998), a qual deu origem ao belíssimo filme *Mar adentro* (Alejandro Amenábar, 2004). No livro, Ramón relata seus infortúnios e anseios para que lhe autorizem a eutanásia, porquanto se vê incapaz de findar a própria existência. Inicialmente, sintetiza a fonte de sua desdita: “No dia 23 de agosto de 1968 fracturei o pescoço ao mergulhar em uma praia e bater com a cabeça na areia. Desde esse dia sou uma cabeça viva em um corpo morto. Poderia dizer que sou o espírito falante de um morto” (SAMPEDRO, 2005, p. 17). O autor demonstra imensa insatisfação com a falta de sensibilidade humana perante seus iguais:

Se eu fosse um animal, teria recebido um tratamento de acordo com os sentimentos humanos mais nobres. Teriam posto fim à minha vida porque lhes pareceria desumano deixar-me nesse estado pelo resto da vida. Às vezes é um azar ser um macaco degenerado. (SAMPEDRO, 2005, p. 17)

A respeito da distinção de tratamentos relacionados à morte piedosa entre humanos e animais, o escritor Milan Kundera também se pronuncia: “Os cães não têm muitas vantagens em relação ao homem, mas umas delas é extremamente importante: para eles, a eutanásia não é proibida por lei; o animal tem direito a uma morte misericordiosa.” (KUNDERA, 1985, p. 300). Em virtude de sua irreversível condição e do afastamento que a mesma lhe impunha em relação ao que por ele era considerado a vida, Ramón logo percebeu a figura da morte como benfazeja: “No dia em que a ciência concluiu que era impossível curar-me da paralisia, pensei, com o desespero do animal apanhado na armadilha infernal de algum cruel caçador, na bondade da morte” (SAMPEDRO, 2005, p. 18)

Contudo, Ramón era incapaz de estender sua mão ao encontro da doce morte; o enlace de seus dedos lhe era proibido. Ao que tudo indica, seus circunstantes careciam de visões mais amplas, de maior abertura a novos significados:

um dos grandes erros do cristianismo é o de não saber, ou não querer, dar outro sentido à morte, a essa morte a que nos referimos quando falamos da eutanásia, considerada como um bem, e que tem como única finalidade libertar a vida da dor sem sentido. (SAMPEDRO, 2005, p. 28)

A mesma crítica estende-se à medicina: “a razão da medicina, interpretando seus próprios medos e superstições, se empenha em chamar de vida uma forma de sobrevivência artificial e involuntária” (SAMPEDRO, 2005, p. 118). Evidenciam-se os numerosos opositores ao intento de Sampedro, aliados à legislação de seu país que não permitia a eutanásia.

A partir de seus escritos podemos ver que Ramón destoa do indivíduo infantilizado por sua condição. Inevitavelmente seu corpo deixou de ser propriedade sua, pois se via inapto para exercer as mais simples tarefas por conta própria; todavia, sua mente encontrava-se em plena liberdade: era capaz de fazer escolhas e lutar pela realização das mesmas. Destarte, questionava seus contemporâneos se “Não se pode, por acaso, aceitar a própria morte com um sorriso e um olhar sereno?” (SAMPEDRO, 2005, p. 144). Infelizmente, o número de negações que recebia para tal interrogação era alarmante, sendo a justificativa conhecida pelo próprio inquiridor: “Ainda não deram sentido à morte. Ela ainda não foi humanizada nem racionalizada” (SAMPEDRO, 2005, p. 117). De fato, a serenidade diante da morte tornou-se fonte de estranhamento, o que valida plenamente o espanto de Eliane Brum ao exclamar que “Nestes tempos estranhos que vivemos, em que a morte é um tabu, o mais radical é morrer com serenidade, sem medo. Por absurdo que pareça, morrer com naturalidade tornou-se um ato revolucionário” (BRUM, dezembro, 2009). Aceitar a própria morte ganhou proporções de rebeldia. Por fim, Ramón foi capaz de conferir um pouco de ternura à morte, de expandir os horizontes interpretativos no que tange à mesma. Um de seus poemas demonstra suavemente os anseios e impressões de seu autor acerca do término da vida:

Morrer é arriscar com uma só carta / toda nossa vida. / É apostar tudo no desejo de encontrar um luzeiro que nos ilumine um novo caminho / E se perdemos a aposta, só perdemos a desesperança e a dor infinita. / só perdemos o pranto que, lágrima após lágrima, nos inunda a alma. / Como o náufrago que, depois de afundado o barco, / só espera, com a resignação do vencido, esgotar a força da última braçada para entregar-se, como o amante submisso, / às ternas carícias de seu mar amado; a seu beijo salgado e arrulhos de brisas. (SAMPEDRO, 2005, 84-85)

Ao almejar que a morte seja percebida de modo plural, receptiva a inúmeros significados, não se objetiva reprovar o indivíduo a ela temeroso. As pessoas têm todo o direito de julgar a morte horrenda e de não desejarem a eutanásia para si sob qualquer hipótese. Entretanto, é desarrazoado engaiolar à vida quem desta deseja partir, porquanto todo o encantamento diante de seus olhos se desfez. Durkheim menciona em sua obra o costume de algumas sociedades reputadas inferiores que consideravam desonrosa a morte natural, passível, inclusive, de consequências severas no além-túmulo. Assim sendo, os indivíduos eram induzidos ao suicídio ao atingirem determinada idade ou quando seu vigor principiava a

amainar. Não podemos considerar tal costume hediondo se também agimos com tamanha descortesia, pois se obrigar o indivíduo a abandonar a vida contra sua vontade afigura-se uma barbárie sem tamanho, forçá-lo a permanecer imerso em padecimentos quando o mesmo deseja partir é igualmente atroz e selvagem. Por fim, agrilhoar alguém que deseja apartar-se de uma existência esmaecida se equipara à suspensão da morte e da vida presente no romance de Saramago. Como disse Ramón Sampedro: “para tolerar a eutanásia, ou o direito para morrer com dignidade, é preciso amar de verdade as pessoas e a vida, e ter um profundo sentimento de bondade” (SAMPEDRO, 2005, p. 162). Ou ao menos que se tenha um profundo sentimento de respeito pelas escolhas alheias.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A morte afigura-se um tema inesgotável, o qual provocou o pensamento humano ao longo de séculos sem nunca alcançar um consenso, sem jamais assumir uma imagem fixa. Quiçá a forma como a mesma se apresenta dependa menos de si própria do que do olhar do observador que a contempla. Os valores de cada indivíduo influenciam em sua visão de mundo, o mesmo engloba a percepção no atinente à morte. Para Geoffrey Gorer, o arrefecimento da crença no paraíso contribuiu significativamente para o horror que se instaurou no enalço da morte a partir do século XX:

in England, at any rate, belief in the future life as taught in Christian doctrine is very uncommon today even in the minority who make church-going or prayer a consistent part of their lives; and without some such belief natural death and physical decomposition have become too horrible to contemplate or to discuss¹⁰ (GORER, 2003, p.51)

De fato, houve uma drástica e recente inversão de papéis entre dois temas sobre os quais há restrição de tratamento: o sexo e a morte. Antes, o decoro buscava afugentar o primeiro tanto da fala quanto do pensamento, ansiando que, conseqüentemente, o mesmo se apartasse da realidade quando não estivesse atrelado ao casamento. No presente, entretanto, tamanho pudor deslocou-se para o enalço da morte. Philippe Ariès, citando Geoffrey Gorer, sintetiza tão significativa mudança:

Antigamente se dizia às crianças que elas haviam nascido dentro de um repolho, mas assistiam à grande cena de despedida no quarto e na cabeceira do moribundo [...] Hoje as crianças são iniciadas, desde a mais tenra idade na fisiologia do amor e do nascimento; no entanto, quando não veem mais o avô e perguntam por ele, respondem-lhe, na França, que este viajou para muito longe, e, na Inglaterra, que descansa num lindo jardim onde crescem as madresilvas. Já não são as crianças que nascem dentro de repolhos, mas os mortos que desaparecem entre as flores. (ARIÈS, 2012, p. 241)

Porém, é desarrazoado presumir que afastar a morte da fala, do olhar e do pensamento também a subtrairá da realidade. De fato, tal comportamento produz alguns resultados; os quais, todavia, se mostram bastante nocivos e apenas reforçam o caráter negativo atribuído à morte. Uma das principais conseqüências geradas é o isolamento dos moribundos, os quais

¹⁰ “na Inglaterra, de qualquer modo, crenças na vida futura, como ensinado pela doutrina Cristã, são muito incomuns atualmente, mesmo entre a minoria que faz da ida à igreja ou da oração práticas consistentes em seu dia a dia. Sem tais crenças, a morte natural e a decomposição física tornaram-se demasiado horríveis de se contemplar ou discutir”. Tradução livre.

são removidos para os hospitais e cuja qualidade de vida dissipa-se gradualmente. Outro resultado nefário acomete os sobreviventes, trata-se da supressão do luto. A tristeza que se apossa do indivíduo enlutado mostra-se tão desconfortável para as sociedades cujas costas destinaram à morte que este se vê isolado justamente quando mais necessita de afeto e apoio: “Agora, as lágrimas do luto se equiparam às excreções da doença.” (ARIES, 1990, p. 633). Deste modo, evidencia-se que:

Durante seu luto “ele tem mais necessidade da assistência da sociedade do que em qualquer momento de sua vida, desde sua infância e primeira juventude, e, entretanto, é agora que nossa sociedade retira-lhe qualquer tipo de ajuda e recusa-lhe sua assistência.” (GORER apud ARIÈS, 2012, p. 241-242)

O contraste ocorrido entre sexo e morte intensifica-se a partir da seguinte constatação de Ariès: “De fato, todas as ideias dos psicólogos e dos psicanalistas sobre a sexualidade e o desenvolvimento da criança foram rapidamente vulgarizadas e assimiladas pela sociedade, enquanto as ideias deles sobre o luto ficaram completamente ignoradas” (ARIÈS, 1990, p. 634).

No entanto, consequências deletérias decorrentes do repúdio à morte não se limitam a ocasiões extremas como as supracitadas, embora tendam a se manifestar mais explicitamente nos casos em questão. A fugacidade da vida confere valor ao que nos cinge, ao passo que a eternidade expande o hábito, universaliza o costume. Em sua obra *O poder do mito*, Rollo May relata o seguinte lamento de Zeus em razão da perda de sensibilidade provocada pela imortalidade: “Nos falta a emoção da transitoriedade – aquela doce tristeza de agarrar alguma coisa que, sabemos, não podemos segurar” (MAY, 1992, p. 263). A beleza crepuscular carece da consciência da própria fragilidade para se revelar.

Em outras palavras, a morte confere premência às ações humanas. Como apontamos anteriormente ao nos referirmos às relações entre vida e morte, o bem viver serena a imagem do momento derradeiro, confere-lhe um toque mais poético e menos sombrio. A título de exemplo, no século XVIII, o filósofo David Hume, com sua saúde irreversivelmente comprometida, tem sua situação mencionada em uma bela carta redigida por Adam Smith, em cujo relato Hume brinca a respeito de uma possível conversa com Caronte. Na missiva em questão, o pensador iluminista não consegue de forma alguma convencer o barqueiro a deixá-lo de fora de sua embarcação, pois possuía uma vida de grandes realizações, fizera inúmeros amigos, suas obras obtiveram reconhecimento, vira seus filhos crescer. Em suma, não haveria

justificativa alguma que pudesse dar ao outro para que este lhe concedesse mais alguns anos de existência terrena¹¹ (HUME, 2004, p 86). Em nossa época, por sua vez, cresce o número de obras cinematográficas responsáveis por retratar a desesperada necessidade de fruição de pessoas que se descobrem acometidas por uma enfermidade terminal. A impressão gerada é de que tais personagens jamais refletiram acerca de sua própria finitude, deste modo sentem-se tomados por intenso desespero e por um hediondo sentimento de culpa por nunca terem vivido a contento, de acordo com suas inclinações. Eis justamente o relato obtido a partir das astronômicas listas de realizações a serem feitas antes de morrer – característica comum em tais obras fílmicas. Nos contextos em questão, evidencia-se uma de nossas constatações vigentes: a morte é vista como tão nefasta e irreparável perda que, diante de sua iminência, é dado ao indivíduo um consolo: a liberdade de usufruir da vida como melhor lhe aprouver.

De fato, soa um pouco patética a expansão de liberdade que a sociedade e os próprios indivíduos conferem a si mesmos quando lhes resta pouco tempo de vida. O ato por si só é sublime; o contexto em que ocorre, entretanto, o compromete. É valiosíssimo repensar constantemente a própria existência e rearranjá-la caso se constate que a mesma está sendo desperdiçada. Porém, perceber a própria finitude apenas às vésperas do fim, com o anúncio de uma incontornável enfermidade, equivale a chegar ao porto e divisar sua embarcação dissipando-se no horizonte, já distante do alcance e prestes a ocultar-se do olhar. Por outro lado, tomar consciência da própria transitoriedade prematuramente afigura-se uma valiosa oportunidade de o indivíduo intensificar as possibilidades de conduzir sua vida com base nas próprias inclinações. O personagem Goldmund, de Hermann Hesse, mostrou-se um claro exemplo de como os pensamentos suscitados pela percepção precoce da própria mortalidade revelam-se de grande valia para um melhor fruir da vida¹².

¹¹ A psiquiatra Elisabeth Kübler-Ross, ao referir-se ao quinto estágio diante da morte, o de aceitação, relata que “Um tipo de paciente chegará a ela [à morte] através de pouca ou nenhuma ajuda dos circunstantes, a não ser uma compreensão silenciosa, sem qualquer interferência. É o paciente mais velho, que se sente no fim da vida, que trabalhou, que sofreu, que educou os filhos e cumpriu seu dever. Foi alcançado o objetivo de sua vida e goza de certa satisfação ao recordar os seus dias de labor” (KÜBLER-ROSS, 2008, p. 124). Quando o indivíduo olha para trás com triunfo, constatando que sua vida foi levada devidamente, respeitando suas propensões e realizando parte dos seus anseios, a aceitação da própria morte no momento final se dá com maior ternura e placidez.

¹² A consciência da própria mortalidade abala a identidade do indivíduo, faz com que a validade da mesma seja questionada, operando mudanças significativas na vida da pessoa cônica de sua própria finitude. Podemos conferir alguns exemplos contemporâneos que ilustram claramente esta afirmação, trasladando nosso exemplo literário para a realidade. O cartunista Laerte Coutinho, ao beirar os 60 anos de idade, adotou a prática do crossdressing e, embora já alimentasse essa mudança há algum tempo, foi a morte de um dos filhos que o impulsionou a pôr em prática os anseios nutridos. Como relata: “a morte de Diogo me deu a possibilidade de perceber a inutilidade de certas demoras e convenções na minha vida. Face à morte, por que hesitar em tomar

No entanto, como já mencionamos anteriormente, nossa sociedade oculta a morte o máximo possível. O encobrimento em questão se mostra tão intenso que inclusive aos familiares e aos doentes em estado mais grave evita-se mencionar a iminência do próprio trespasse. Como relata Ariès:

Se médico e enfermeiras [...] atrasam o máximo possível o momento de avisar à família. Se lhes repugna ter eventualmente que avisar ao próprio doente, é por medo de serem engajados numa cadeia de reações sentimentais que lhes faria perder, tanto quanto o doente e a família, o autocontrole. Ousar falar da morte, admiti-la nas relações sociais, já não é como antigamente permanecer no quotidiano, é provocar uma situação excepcional, exorbitante e sempre dramática. Antigamente, a morte era figura familiar, e os moralistas deviam torná-la horrenda para amedrontar. Hoje, basta apenas enunciá-la para provocar uma tensão emocional. (ARIÈS, 2012, p. 224)

A consequência direta de tais procedimentos são pacientes infantilizados, os quais são privados de vivenciar a própria morte em virtude do desmedido prolongamento de tratamentos fúteis, que não os curam e tampouco os deixam partir.

Há uma proximidade horripilante entre a realidade dos moribundos em nossa época e a obra alegórica de Saramago *As intermitências da morte*. No romance, toda e qualquer existência humana, durante a aposentadoria da morte, reduzir-se-ia mais cedo ou mais tarde a um existir meramente fútil, um estado de suspensão, no qual não se vive e tampouco se morre. Um contexto em que as súplicas aos médicos afiguram-se infrutíferas, porquanto estes não podem curar os enfermos em estado irreversível, mas também não são capazes de lhes oferecer alívio. A vida transformara-se em um cárcere. Na realidade atual, muitas vezes o mesmo ocorre com os moribundos: não é vislumbrada possibilidade alguma de contornar suas

atitudes? Claro que nada do que vim a radicalizar eu comecei após a sua morte – já havia um processo em curso. Mas talvez a morte do meu filho tenha sido um divisor de águas na vida, no sentido de perder o medo de qualquer resolução” (http://portalalone.terra.com.br/acontece_interna/laerte-em-crise-2728). Outro exemplo parte da jornalista Eliane Brum que, ao acompanhar uma paciente com câncer até o fim da vida para a elaboração de uma matéria, obteve o estímulo que faltava para engendrar um nova vida há um bom tempo imaginada: “Lidar bem com a certeza que todos temos de morrer um dia, mais cedo ou mais tarde, é fundamental para viver melhor. E para compreender a natureza fugaz e preciosa da vida.” (<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/ESCRIVANINHA+XERIFE.html>). Também Steve Jobs, célebre nome vinculado à informática, o qual fora diagnosticado com um câncer incurável, afirmou em um discurso proferido na universidade de Standford: “Lembrar que vou morrer proximamente é a coisa mais importante que encontrei para fazer as grandes escolhas da vida, por que todo o mais, — todas as expectativas externas, todo orgulho, todo medo de constrangimentos ou fracassos – nada disso importa diante da morte, deixando apenas o que é realmente importante”. A consciência da própria mortalidade lhe soava como um filtro, uma possibilidade de avaliar a qualidade da vida que estava levando: “nos últimos trinta e três anos, olho no espelho a cada manhã e me pergunto: ‘Se este for o último dia de minha vida, desejaria fazer o que vou fazer hoje?’ E sempre que a resposta é “não” por uns quantos dias consecutivos, sei que é hora de fazer alguma mudança”. Por fim, ressalta, como mencionamos anteriormente, o caráter renovador presente na morte: “Ainda assim, a morte é o destino que todos nós compartilhamos. Ninguém nunca conseguiu escapar. E assim é como deve ser, porque a morte é muito provavelmente a principal invenção da vida. É o agente de mudança da vida. Ela limpa o velho para abri caminho para o novo.” (<http://macmagazine.com.br/2008/12/12/transcricao-completa-do-maravilhoso-discurso-de-steve-jobs-na-universidade-de-stanford-em-2005/>)

enfermidades, porém os mesmos são mantidos presos à vida, até que percam a consciência enquanto seus últimos resquícios de vida esvaem-se vagarosamente. Ao invés de se destinar esforços para que o moribundo viva seus últimos momentos com o máximo possível de qualidade, dignidade e acompanhamento de pessoas por ele queridas, todo o empenho é dirigido para a máxima prolongação de uma vida desprovida de sentido, na qual o moribundo se vê isolado no hospital, apartando-se gradativamente do que realmente pode ser chamado de vida, embora a unidade hospitalar mantenha seu corpo em funcionamento. Elisabeth Kübler-Ross, em sua obra *Sobre a morte e o morrer*, relata o tratamento dado à maioria dos pacientes terminais:

Pouco a pouco e inevitavelmente, começa a ser tratado como um objeto. Deixou de ser uma pessoa. Decisões são tomadas sem o seu parecer. Se tentar reagir, logo lhe dão um sedativo e, depois de horas de espera e conjecturas sobre suas forças, é conduzido para a sala cirúrgica ou para a unidade de terapia intensiva, transformando-se num objeto de grande preocupação e grande investimento financeiro. (KÜBLER-ROSS, 2008, P. 13)

O temor e a piedade humana no que tange ao supramencionado colocaram novamente a eutanásia em pauta. A mesma não deve constituir uma privação, uma retirada forçada da vida ao enfermo cuja saúde não pode ser restabelecida, mas sim uma possibilidade de escolha a ser respeitada e atendida caso seja realmente a vontade do indivíduo. A antropóloga Debora Diniz afirma que:

Exatamente por ser uma escolha individual que não há porque se temer a legalização da eutanásia. Um Estado democrático assentado na razão pública reconhece o direito de estar e de se manter vivo como um dos mais fundamentais. Mas o mesmo Estado não deve transformar o direito no dever de se manter vivo. Ninguém deve ser obrigado a viver, assim como ninguém pode ter sua vida eliminada contra sua vontade. (DINIZ, s. a.)

Todavia, a percepção vigente a respeito do término da vida ainda se mostra um grande empecilho para a humanização da morte. Deste modo, procuramos distintos olhares, buscando evocar a pluralidade de sentidos à qual a morte se mostra receptiva. A literatura - embora em inúmeros casos reforce a tenebrosa visão que se tem da morte - apresenta belíssimos casos de subversão. A partir de José Saramago, Mark Twain e Ramón Sampedro, pudemos observar como, por vezes, a morte mostra-se uma bênção, uma forma de libertação. De fato, o desaparecimento da morte, na obra de Saramago, revelou-se fonte de um contentamento demasiado efêmero, pois logo o caos imperou. O autor questiona a percepção corrente e desvincula a morte do trágico e da doença, pois os mesmos permaneciam em sua obra ao passo que a morte desfizera-se. Já a obra *Narciso e Goldmund*, de Hermann Hesse, enfatiza o valor da consciência da própria mortalidade para um desfrute mais pleno da vida.

Por fim, evidenciamos que uma maior aceitação da finitude humana proporcionaria bens inestimáveis a nossa sociedade. Portanto, é desarrazoado afugentar a morte do convívio humano; as pessoas deveriam familiarizar-se com ela, não adotar comportamentos tipicamente temerosos e afastá-la da fala e do pensamento, pois, em virtude de tal proceder, privam-se de estupendas possibilidades de repensar a própria vida. Outrossim, conscientizar-se prematuramente da própria transitoriedade mostra-se valioso quando a vida acerca-se de seu fim, pois a passagem se dá mais serenamente. Como ressalta Kübler-Ross:

Muito ajudaria se as pessoas conversassem sobre a morte e o morrer, como parte intrínseca da vida, do mesmo modo como não temem falar quando alguém espera um bebê. Se agissem assim com mais frequência, não precisaríamos nos perguntar se devemos tocar nestes problemas com o paciente, ou se deveríamos esperar pela última internação [...] Vários pacientes se mostram deprimidos e morbidamente trancados em si mesmos, até falarmos com eles sobre a fase terminal de sua doença. Seus espíritos se iluminam, recomeçaram a comer, e alguns até obtiveram alta para surpresa de seus familiares e da equipe médica. Estou convicta de que prejudicamos mais evitando tocar no assunto do que aproveitando e encontrando tempo para sentar à cabeceira, ouvir e compartilhar. (KÜBLER-ROSS, 2008, p. 146-147)

Embora possua aspectos trágicos e desoladores, a morte também ostenta um semblante de intensa luminosidade, o qual confere valor e sentido à vida humana, esta que não seria tão preciosa se apartada de sua natureza frágil e fugaz.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Obras ficcionais

ALIGHIERI, Dante. **A Divina Comédia**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

ALVES, Rubem. **As cores do crepúsculo: A estética do envelhecer**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

BORGES, Jorge Luis. **O Aleph**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

DICKENS, Charles. **Oliver Twist**. Londres: Arcturus Publishin Limited, 2010.

GOETHE, Johann. **Os sofrimentos do jovem Werther**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

HESSE, Hermann. **Narciso e Goldmund**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

HUGO, Victor. **O último dia de um condenado**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

KUNDERA, Milan. **A insustentável leveza do ser**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

LUCIANO. **Diálogo dos mortos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

NETO, João Cabral de Melo. **Morte e vida Severina**. Rio de Janeiro: MEDIAfashion, 2008.

PESSOA, Fernando. **Livro do desassossego**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SAMPEDRO, Ramón. **Cartas do inferno**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2005.

SARAMAGO, José. **As intermitências da morte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

TWAIN, Mark. **O estranho misterioso**. São Paulo: Axis Mundis Editora, 1999.

2. Obras gerais

ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte Vol I**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte Vol II**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

CÍCERO, Marco Túlio. **A velhice saudável**. São Paulo: Escala, 2006.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador Vol I**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

EPICURO. **Pensamentos**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

HUME, David. **Ensaio morais, políticos e literários**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.

HUIZINGA, Johan. **O outono da Idade Média**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

JACOBY, Sissa. Da rua Paulo ao Castelo de Hogwarts. **Arquipélago**, Porto alegre, n. 5, p. 43-47, abril. 2006.

KÜBLER-ROSS. Elisabeth. **Sobre a morte e o morrer**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MAY, Rollo. **A procura do mito**. São Paulo: Manole, 1992.

MONTAIGNE, Michel de. **Os ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

NIETZSCHE, Friedrich. **A gaia ciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PLATÃO. **Apologia de Sócrates**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu do corpo**, Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

SARTE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SCHOPENHAUER, Arthur. **Da morte, Metafísica do amor, do sofrimento do mundo**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

SÊNECA. **Aprendendo a viver**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

SVENDSEN, Lars. **Filosofia do Tédio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

3. Referências virtuais

ALVES, Rubem. **Sobre a morte e o morrer**. Crônica publicada para o jornal Folha de São Paulo, em 12 de outubro de 2003. Disponível em:

<http://www.releituras.com/rubemalves_morte.asp>. Acessado em: 17/02/2013.

BRUM, Eliane. **Você quer ser pessoa ou paciente?** – Crônica para a revista Época, em 3 de setembro de 2009. Disponível em:

<<http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/09/voce-quer-ser-pessoa-ou-paciente.html>>. Acesso em: 17/02/2013.

BRUM, Eliane. **Comprei meu túmulo**. Crônica para a revista Época, em 2 de novembro de 2009. Disponível em:

<<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI102284-15230,00-comprei-meu-tumulo.html>>. Acesso em: 17/02/2013.

BRUM, Eliane. **O homem que me ensinou a morrer**. Crônica para a revista Época, em 16 de dezembro de 2009. Disponível em:

<<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/1,,EMI111219-15230,00-o-homem-que-me-ensinou-a-morrer.html>>. Acesso em: 17/02/2013.

BRUM, Eliane. **Escrivaninha xerife**. Crônica para a revista Época, em 1 de março de 2010. Disponível em:

<<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI124381-15230,00-escrivaninha-xerife.html>>. Acesso em: 17/02/2013.

DINIZ, Debora. **Por que morrer?** Disponível em:

<<http://www.portaldoenvelhecimento.org.br/acervo/forum/anteriores/0505.htm>>. Acessado em: 17/02/2013.

DINIZ, Debora; COSTA, Sérgio. **Morrer com dignidade: um direito fundamental.** Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/idososalem60/Arq_10_Cap_04.pdf>. Acessado em: 17/02/2013.

FREUD, Sigmund. **Sobre a transitoriedade.** Disponível em:

<<http://acasadevidro.wordpress.com/2011/04/19/freud-e-a-transitoriedade>>. Acessado em: 17/02/2013.

GALEANO, Eduardo. **Sobre el arte de un escritor.** Disponível em:

<<http://www.ciudadseva.com/textos/teoria/opin/galeano.htm>>. Acessado em: 17/02/2013.

GORER, Geoffrey. **The pornography of death.** Disponível em:

<<http://www.unz.org/Pub/Encounter-1955oct-00049>>. Acessado em: 17/02/2013.